

UNICEF PORTUGAL

2024

**RELATÓRIO ANUAL
DE ATIVIDADES E CONTAS**

UNICEF PARA TODAS AS CRIANÇAS



Índice

- 4. Mensagem do Grupo Consultivo
- 8. Mensagem do Conselho de Administração
- 12. Mensagem da Directora Executiva
- 16. 2024 em números
- 18. Impacto para as crianças em 2024
- 20. Para todas as crianças, projetar um futuro melhor
- 22. I. Governo Interno
- 34. II. Sustentabilidade
- 42. III. Pessoas e Cultura
- 52. IV. Comunicação Interna e Comunicação Institucional
- 76. V. Para todas as crianças em Portugal
- 112. VI. Para todas as crianças do Mundo
- 118. VII. Operações e Transformação Digital
- 124. VIII. Dados Financeiros e Sustentabilidade Económica

MENSAGEM DO GRUPO CONSULTIVO

2024 foi um ano intenso e cheio de significado para o nosso Grupo Consultivo. Trabalhámos para garantir que as nossas vozes e as de tantas outras crianças e jovens fossem ouvidas. Este foi um ano em que percebemos, mais do que nunca, o poder que temos de influenciar decisões importantes quando trabalhamos juntos.

A nossa participação em iniciativas relacionadas com as eleições legislativas foi um dos pontos altos deste ano. Colaborámos na criação de uma carta pública e de um manifesto, chamando a atenção para a importância de colocar os Direitos da Criança no centro das decisões políticas. **Foi emocionante ver como as nossas mensagens chegaram aos decisores políticos e ao público em geral, através de ações como o envio de cartas, a criação de um vídeo e a apresentação das nossas preocupações sobre saúde mental, discriminação e segurança online.** Estes momentos reforçaram a nossa certeza de que as crianças e jovens têm um papel fundamental a desempenhar na sociedade e que as suas opiniões devem ser levadas a sério.



“percebemos como é importante continuar a ouvir as crianças e jovens e a dar-lhes espaço para se expressarem.”



Grupo Consultivo de Crianças e Jovens do Comité Português para a UNICEF

Além disso, participámos em eventos marcantes, como o webinar do Dia Universal dos Direitos da Criança, onde tivemos a oportunidade de partilhar as nossas perspetivas e apresentar propostas concretas para escolas e municípios. Contribuímos também para os guias de ação lançados pelo Comité Português para a UNICEF, ajudando a transformar as preocupações de muitas crianças e jovens em orientações e soluções práticas.

O “Tenho Voto na Matéria” foi outro projeto que nos deixou orgulhosos. Ao revermos os resultados e identificarmos propostas concretas para melhorar as escolas e comunidades, percebemos como é importante continuar a ouvir as crianças e jovens e a dar-lhes espaço para se expressarem. Sabemos que, quando somos incluídos nos processos de decisão, os resultados são mais justos e eficazes.



“Muitas crianças e jovens em Portugal continuam sem acesso a psicólogos, e ainda há escolas onde as nossas opiniões não são valorizadas como deveriam...”

A nível europeu, tivemos a oportunidade de representar as crianças e jovens de Portugal em debates que abordaram questões globais. Estas experiências mostraram-nos que, apesar das diferenças culturais, as preocupações das crianças e jovens em Portugal são partilhadas por muitas outras ao redor do mundo. Isso só reforça o nosso compromisso de continuar a defender os nossos direitos e a trabalhar por mudanças significativas.

No entanto, sabemos que ainda há muito por fazer. Muitas crianças e jovens em Portugal continuam sem acesso a psicólogos, e ainda há escolas onde as nossas opiniões não são valorizadas como deveriam. É essencial que os adultos, nas escolas e nos municípios, se comprometam a agir com base nas ideias e preocupações que apresentamos. **Queremos ver mudanças reais, especialmente na forma como a saúde mental é tratada, na promoção da inclusão e na criação de espaços mais seguros e respeitadores.**



Olhando para o futuro, estamos determinados a continuar este caminho. Queremos que as nossas sugestões saiam do papel e sejam postas em prática, porque acreditamos que pequenas ações podem ter grandes impactos. A participação ativa das crianças e jovens é essencial para criar um futuro mais justo, inclusivo e promissor para todos.

Agradecemos a todos os que acreditam em nós e nos dão a oportunidade de participar e contribuir. O nosso compromisso é claro: continuaremos a trabalhar para garantir que as vozes das crianças e jovens são ouvidas, respeitadas e traduzidas em ações concretas. Juntos, podemos alcançar ainda mais em 2025.



Elementos do Grupo Consultivo

O Grupo Consultivo de Crianças e Jovens do Comité Português para a UNICEF é constituído por:

Aldinazia, 14 anos | Vila Franca de Xira
Alexandra, 15 anos | Guimarães
Alice, 13 anos | Porto
Ana, 15 anos | Porto
Ândria, 17 anos | Lisboa
Érica, 20 anos | Lisboa
Guilherme, 17 anos | Vila Franca de Xira
Isaac, 12 anos | Lisboa
Isis, 17 anos | Porto
Inês, 17 anos | Vila Franca de Xira
Ivo, 15 anos | Lisboa
Júlia, 15 anos | Vila Nova de Gaia
Luís, 12 anos | Porto
Maickol, 16 anos | Vila Franca de Xira
Mariana, 16 anos | Porto
Martim, 13 anos | Fundão
Mathilda, 15 anos | Cascais
Miguel, 17 anos | Cascais
Miguel, 17 anos | Porto
Nádia, 16 anos | Porto
Rafaela, 13 anos | Lisboa
Rodrigo, 14 anos | Lisboa
Sofia, 15 anos | Cascais
Tânia, 15 anos | Porto
Ude, 18 anos | Lisboa



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Amadeu Paiva

Presidente do Conselho de Administração
Comité Português para a UNICEF



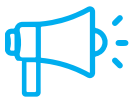
A nível global, o ano de 2024 não foi um ano bom para as crianças.

Das tendências previsíveis no início do ano, acabaram por prevalecer aquelas que vão no sentido de menor unidade e de uma abordagem adversa ao multilateralismo, e ao internacionalismo humanitário e à intensificação do uso da coerção económica para fins geopolíticos. Em consequência, deixam-se, potencialmente, os países a enfrentarem individualmente os desafios colocados pelas limitações de recursos, pelos conflitos e pelas alterações climáticas, em detrimento de um caminho de maior colaboração global que abraçasse a inovação, a partilha de conhecimentos, a transferência de políticas e o crescimento equitativo.

Estas crescentes tensões geopolíticas e de competição entre nações dificultam, obviamente, a implementação de soluções que melhorem a concretização, no dia a dia, dos direitos e do bem-estar das crianças, não se tendo verificado melhoramento significativo em nenhum dos indicadores com que normalmente são reportadas.

Desde logo, em 2024, o impacto dos conflitos armados nas crianças em todo o mundo atingiu níveis devastadores e provavelmente recorde: quase 500 milhões de crianças – mais de uma em cada seis a nível mundial – viviam em áreas afetadas por conflitos tendo esse número (expressão pouco clara) praticamente duplicado, passando de cerca de 10% na década de 1990 para quase 19% atualmente.

Por outro lado, o ambiente social e político não é particularmente favorável à tradução



“Desde logo, em 2024, o impacto dos conflitos armados nas crianças em todo o mundo atingiu níveis devastadores e provavelmente recorde: quase 500 milhões de crianças...”

para as legislações nacionais de quadros jurídicos sólidos que promovam a elaboração e o cumprimento da legislação em matéria de direitos da criança e do direito internacional humanitário.

Acresce que as perspetivas económicas não são as mais animadoras, em particular nos mercados emergentes, com um crescimento muito inferior à meta de 7% estabelecida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Mensagem do Conselho de Administração

Amadeu Paiva

Presidente do Conselho de Administração | Comité Português para a UNICEF



(ODS). Estima-se que mais de 400 milhões de crianças vivam em países em situação de grave endividamento.

A UNICEF não esmoreceu os seus esforços para cumprir a sua missão, reafirmando o seu compromisso em defender os direitos das crianças e a sua proteção, independentemente das circunstâncias e desafios atuais, e continuando a revelar-se uma organização de crucial importância.

Diretamente, para estes esforços, o Comité Português para a UNICEF, relativamente ao

exercício de 2024, em cumprimento do seu principal objetivo, contribuiu com um pouco mais de 13 milhões de euros, representando 77% do total dos valores por nós angariados. Apesar de, em 2024, se ter verificado, relativamente a 2023, um decréscimo na angariação de fundos – derivado de um valor excecionalmente elevado conseguido em 2023 para as situações de emergência com o terramoto na Síria e na Turquia e com o conflito na Faixa de Gaza, bem como da receita, não recorrente, da venda de um imóvel legado ao Comité, continuámos a manter a nossa contribuição acima do

mínimo de 75% dos valores angariados atingido em 2019 e 2020 e sempre acima desse valor desde então.

A atitude de maximização do contributo para a UNICEF está bem expressa no facto de o Conselho de Administração ter optado por o Comité apresentar um resultado líquido do exercício de 2024 nulo, estando garantido que os Fundos Patrimoniais remanescentes, enquadrados no nível de reservas recomendado pela UNICEF, não geram acréscimo de risco no desenvolvimento normal das atividades.

Por toda a atividade desenvolvida e pelo empenhamento demonstrado, expressa-se aqui o devido bem como todos os Colaboradores, e, em particular, à Diretora Executiva e aos elementos da equipa diretiva. Igualmente se deixa expresso o reconhecimento pelo apoio de todos os nossos Parceiros.

Regista-se também uma saudação ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, bem como à Mesa da Assembleia Geral, e ainda, last but not the least, ao Grupo Consultivo de Crianças e Jovens, a quem o Conselho de Administração, no âmbito das suas competências, cedeu e fez com que fosse cedido todo o apoio para a realização dos respetivos trabalhos.

Por fim, há que dar conhecimento de um facto superveniente ocorrido já em 2025, mas que se impõe seja aqui reportado. A 8 de janeiro, Marta Maria de Moraes dos Santos Pais renunciou ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, a qual foi aceite com efeitos a partir daquela data. Dá-se conta publicamente que, na ocasião, o Conselho de Administração teve o ensejo de lhe agradecer o contributo que deu aos trabalhos do Comité, de lhe manifestar o privilégio de ter tido a colaboração de alguém com longa experiência de serviço à UNICEF e de lhe desejar todas as felicidades pessoais e profissionais.

Amadeu Paiva



MENSAGEM DA DIRETORA EXECUTIVA

Beatriz Imperatori

Diretora Executiva
Comité Português para a UNICEF



O ano de 2024 foi marcado por acontecimentos tão diferentes como a nomeação em Março do XXIV Governo Constitucional de Portugal; dois anos consecutivos da Guerra na Ucrânia; os jogos Olímpicos e Paralímpicos em França; o primeiro ano consecutivo de guerra nos territórios Palestinos e no Sudão, e a eleição de D. Trump como Presidente dos Estados Unidos da América. Estes são apenas alguns dos acontecimentos que marcaram o ano. Para a UNICEF um contexto mais exigente tanto por causa das necessidades crescentes causadas pelo aumento dos conflitos, dos desastres naturais e das suas consequências para as crianças pela intensificação da pobreza, falta de acesso a cuidados de saúde, dificuldade de acesso à escola e na (des)proteção. Em situações de pobreza e conflito as Crianças são sempre as mais vulneráveis.

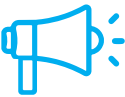
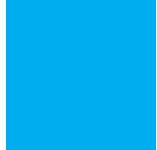
Outra das alterações que hoje objetivamente constatamos tanto no contexto nacional como internacional é a politização dos Direitos Humanos, dos Direitos da Criança, antes direitos universais, discutidos politicamente no “como” da sua concretização, agora postos em causa na sua essência e na sua universalidade.

As consequências destas alterações de contexto para o Comité Português para a UNICEF, fazem sentir-se por um lado na necessidade de aumentar a capacidade de recolha de fundos para o trabalho da UNICEF em todo o mundo, pedido que nos chega dos quatro cantos do mundo, ao qual respondemos inovando e trazendo embaixadores para a nossa causa como a cantora Marisa Liz na campanha “Água que não dá vida”. Agradecemos a sua valiosa e inestimável generosidade, a sua capacidade de alcance e influência que trouxeram grande impacto a esta campanha que teve como objetivo principal a sensibilização para os

efeitos da escassez de água e o reforço da nossa resposta na área programática da água e saneamento em todo o Mundo.

Para as crianças em Portugal a parceria com a Direção Geral de Educação é expressão da resposta necessária aos novos contextos educativos. O protocolo celebrado com a DGE para iniciar um projeto piloto em 10 Escolas do Programa de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) surge em resposta à necessidade crescente de apoiar crianças e jovens que enfrentam obstáculos adicionais no seu percurso educativo, como pobreza, exclusão social e dificuldades no acesso a recursos essenciais para a aprendizagem. Este é o projeto VOAR – Vozes, Oportunidades, Ação e Respeito.

As condições socioeconómicas, a língua, a deficiência, a etnia e situações de migração continuam a influenciar e restringir o acesso à educação, limitando as oportunidades de participação plena. Ao apoiar a participação



“Porque o presente nos impele à mudança, compreende-lo é essencial para antecipar futuro.”

das crianças nas decisões que afetam as suas vidas, as Escolas contribuem para a sua integração social e para a criação de um ambiente escolar mais justo e equitativo. A participação promove a aprendizagem de valores democráticos, como o diálogo e a tomada de decisões coletivas, garantindo que as soluções refletem as necessidades e interesses das crianças.

Para continuar o nosso caminho de crescimento, mantendo a nossa relevância para as crianças em Portugal e no mundo, o ano de 2024 foi um ano onde reforçamos as competências de gestão criando as áreas funcionais de Planeamento e Controlo de Gestão; Análise de Dados e Análise de Negócio, áreas de monitorização e controlo de toda a atividade que nos garantem o rigor e capacidade de decisão efetiva na gestão diária do Comité. É também importante referir que este ano a par das avaliações individuais da equipa e dos seus planos de desenvolvimento individuais, ficou implementado um processo



de avaliação da Direção Executiva feito pela sua equipa e pelo Conselho de Administração.

Porque o presente nos impele à mudança, compreende-lo é essencial para antecipar futuro. Este trabalho de prospeção é essencial e foi o que fizemos ao identificar três megatendências globais que irão moldar o mundo e a realidade das crianças até 2050: as alterações demográficas, a crise climática

e ambiental e as desigualdades no acesso à tecnologia. Este trabalho de antecipação é fundamental para nos prepararmos enquanto organização e país para as grandes mudanças que já começaram. O tempo de ação começa hoje, não há tempo a perder, precisamos de uma ação coordenada e conjunta sobre os desafios globais e as ações necessárias para a proteção dos direitos da criança num mundo em constante mudança.

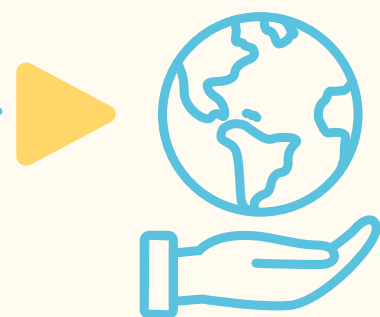
E porque nada poderia acontecer sem os nossos Doadores, Colaboradores, Órgãos Sociais e Parceiros um imenso obrigada cheio de gratidão por tudo o que nos proporcionaram durante o ano.

Beatriz Imperatori

2024 EM NÚMEROS

16 895 584€

Valor dos donativos
angariados em Portugal



77%

Contribuição enviada
para as Crianças do Mundo

210 181

Doadores da UNICEF
em Portugal

861 329

Número de donativos
recebidos em Portugal

698

Associados

um milhão
e oitocentas mil

Crianças em Portugal

583 857

Crianças impactadas pela ação
da UNICEF em Portugal

32%

das Crianças a
viver no nosso país



4 770

Notícias sobre a
UNICEF em meios
de comunicação
social nacionais

576 011 139

Pessoas impactadas por notícias sobre
a UNICEF (corresponde à audiência total
em imprensa escrita, páginas da internet,
televisão e rádio)

36

Colaboradores

1 636

Horas de Formação
ao longo do ano



IMPACTO DA UNICEF PARA AS CRIANÇAS NO MUNDO EM 2024

Em 2024, juntos conseguimos:



Levar cuidados de saúde primários a 26,4 milhões de crianças e mulheres.



Rastrear 12,2 milhões de crianças entre os 6 meses e os 5 anos para despistar a subnutrição.



Apoiar 12,6 milhões de crianças, adolescentes e cuidadores prestando acesso a cuidados de saúde mental e apoio psicológico.



Disponibilizar a 10 milhões de crianças acesso à educação -formal e não formal e precoce.



Proteger e apoiar 6,3 milhões de mulheres e crianças que beneficiaram de intervenções de prevenção e apoio em situações de violência.

Dados relativos ao primeiro semestre de 2024. Dados parciais disponíveis à data de publicação do presente documento



Para todas as crianças, um futuro melhor

O mundo enfrenta crises em maior número, mais intensas e mais prolongadas, pelo impacto dos conflitos, da instabilidade política e económica e das alterações climática. As crianças afetadas por estas crises ficam desprotegidas, vendo os seus direitos postos em causa.

Para 2025, a UNICEF identifica as cinco dimensões com maior potencial de impacto nas crianças e no seu bem estar:



GOVERNAÇÃO MUNDIAL: A governação mundial e os equilíbrios existentes continuarão a ser desafiados. Em 2025, os países e as instituições devem priorizar uma resposta coesa aos desafios comuns, evitando a fragmentação social global.



GEOPOLÍTICA | 473 MILHÕES DE CRIANÇAS: Mais de uma em cada seis crianças no mundo vive em zonas afetadas por conflitos. É necessário implementar quadros jurídicos robustos promotores do cumprimento da legislação relativa aos direitos da criança e ao direito internacional humanitário.



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | 2° C ATÉ 2100: Nos próximos 75 anos, o aumento da temperatura média global irá afetar globalmente o processo de desenvolvimento das crianças.



ECONOMIA | 400 MILHÕES: é o número de crianças que vivem em países com dívida externa elevada e que representam um obstáculo ao investimento crítico para o seu pleno desenvolvimento.



TECNOLOGIAS | 53% DAS CRIANÇAS E JOVENS EM ÁFRICA: é a percentagem de crianças e jovens com acesso a infraestruturas públicas digitais, um número significativamente inferior ao dos países desenvolvidos, onde a maioria das crianças tem acesso às mesmas.



Órgãos Sociais eleitos em 27 de maio de 2024
Mandato 2024/2026

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



Presidente
Maria Margarida
Chaves Gomes Medeiros



Vice-Presidente
Maria Isabel
Beato Viegas Aldir



Secretário
José Maria Luís
Lopes de Almeida Sande

DIREÇÃO EXECUTIVA



Beatriz Justina
Sepúlveda da Fonseca Imperatori

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Presidente
Amadeu Ferreira de Paiva



Vice-Presidente
Marta Maria
de Moraes dos Santos Pais



Tesoureiro
João Viegas
Vilhete d'Abreu



Secretária
Maria Joana de Oliveira Monteiro
Ferreira Malaquia



Vogal
Maria Raquel
Vargas Tavares



Vogal
Catarina Martins de
Almeida Lopes



Vogal
José Saturnino Sul
Serrano Gordo



Vogal
Cláudia Maria Lobo
Fernandes Matos de Vasconcelos

CONSELHO FISCAL



Presidente
Isabel Alexandra Mendes
Alves Baltazar Lourenço
Ortigão Bentes



Vogal
Adélia Rodrigues
Madaleno Ribeiro



Vogal
Diogo Silva Lopes Pereira

Realizaram-se eleições para os Órgãos Sociais do Comité Português para a UNICEF em 27 de maio de 2024.

Cessaram funções em 2024 por limite máximo do número de mandatos os seguintes elementos: José Luís Seixas, Helena Rebelo de Andrade, Luís Félix António e Sofia Branco.

Cessou, ainda, funções no início de 2025, Marta Santos Pais, por motivos pessoais.

O Comité Português para a UNICEF agradeceu a participação voluntária e comprometida ao longo dos anos em que desempenharam funções.

Os membros dos órgãos sociais atuam de forma voluntária não auferindo qualquer tipo de remuneração pelo desempenho das suas funções.

I. GOVERNO INTERNO



2) **Comissões Especializadas do Conselho de Administração**

Comissão de Bom Governo

Amadeu Paiva, Joana Malaquias, Beatriz Imperatori (Diretora Executiva).

Comissão de Direitos da Criança

Marta Santos Pais, Raquel Tavares, Cláudia Lobo, Beatriz Imperatori (Diretora Executiva) e Francisca Magano (Diretora de Políticas de Infância e Juventude).

Comissão de Recolha de Fundos e Parcerias

Catarina Lopes, José Serrano Gordo, Beatriz Imperatori (Diretora Executiva) e Luísa Motta (Diretora de Recolha de Fundos e Parcerias).

Comissão de Risco

Amadeu Paiva, Joana Malaquias, João Viegas d'Abreu, Beatriz Imperatori (Diretora Executiva) e Gonçalo Sousa (Diretor de Operações e Transformação Digital).

3) **Associados**

O Comité Português para a UNICEF (CPU) tem 698 Associados.

4) **Grupo Consultivo de Crianças e Jovens**

Foi institucionalizado em 2023 e formalizado em 2024 como órgão de apoio às atividades do Comité.

5) **Auditores Externos**

BDO & Associados, SROC Lda., representada por Ana Gabriela Almeida.

6) **Auditores Internos**

PWC - PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representada por José Miguel Teixeira.

7 Bom Governo

Política de Salvaguarda das Crianças

Em 2024, o Comité Português para a UNICEF reforçou o seu compromisso com a salvaguarda das crianças. As Comissões de Direitos da Criança e de Bom Governo do Conselho de Administração, em articulação com a Direção de Políticas Públicas, iniciaram a revisão da Política de Salvaguarda. No sentido de reforçar o compromisso e a atuação nesta área, foi criada uma posição de Especialista em Participação, na Direção de Políticas Públicas, com responsabilidade explícita pela área da salvaguarda infantil. Ao longo do ano, o Responsável pela Salvaguarda participou em formações internacionais, contribuindo para a partilha de boas práticas com outros Comités Nacionais. Internamente, o Responsável acompanhou as equipas que realizaram atividades que, direta ou indiretamente, envolveram crianças (incluindo angariação de fundos, parcerias, programas e comunicação), identificando riscos e definindo medidas eficazes para a proteção das crianças.

Gestão de Risco 2024

O Comité Português para a UNICEF iniciou em 2024 a construção da área de Auditoria Interna, focada nas linhas orientadoras da Organização. De forma a garantir um processo robusto, célere e independente, o Conselho de Administração decidiu, por proposta da Comissão de Risco, externalizar a função, recorrendo a recursos da consultora PriceWaterHouseCoopers & Associados (PWC). Esta função tem uma articulação operacional com a Direção de Operações e Transformação Digital, reportando os seus resultados à Direção Executiva mensalmente e à Comissão de Risco trimestralmente.

Em 2024 o Conselho de Administração aprovou a nova matriz de risco e o plano de auditoria para (mitigação), resultantes do trabalho de diagnóstico inicial realizado pela auditoria interna. Para 2024/25, o qual espelha a prioridade e criticidade dos processos. Os seus resultados têm vindo a ser discutidos em sede de Comissão de Risco e do Conselho de Administração.

Em cumprimento do ponto 5.1 da Política da Gestão de Riscos e no âmbito das suas responsabilidades tem vindo pois o Conselho de Administração a supervisionar a gestão de riscos e sistema de controlo interno de que esta informação dá nota.



Auditoria Interna

O Comité Português para a UNICEF iniciou em 2024 a construção da área de Auditoria Interna, focada nos processos críticos da Organização. De forma a garantir um processo robusto, célere e independente, o Conselho de Administração decidiu por proposta da Comissão de Risco nomear uma equipa especializada para iniciar os trabalhos de auditoria interna. Esta função tem uma articulação operacional com a Direção de Operações, reportando os seus resultados à Direção Executiva e Comissão de Risco.

Este primeiro ano de exercício, foi, e será, fundamental para o processo de melhoria contínua, afinamento do modelo operacional e rigor dos processos implementados em toda a organização e segurança do *modus operandi*.

Desta forma garantimos uma gestão de recursos mais eficiente e transparente.

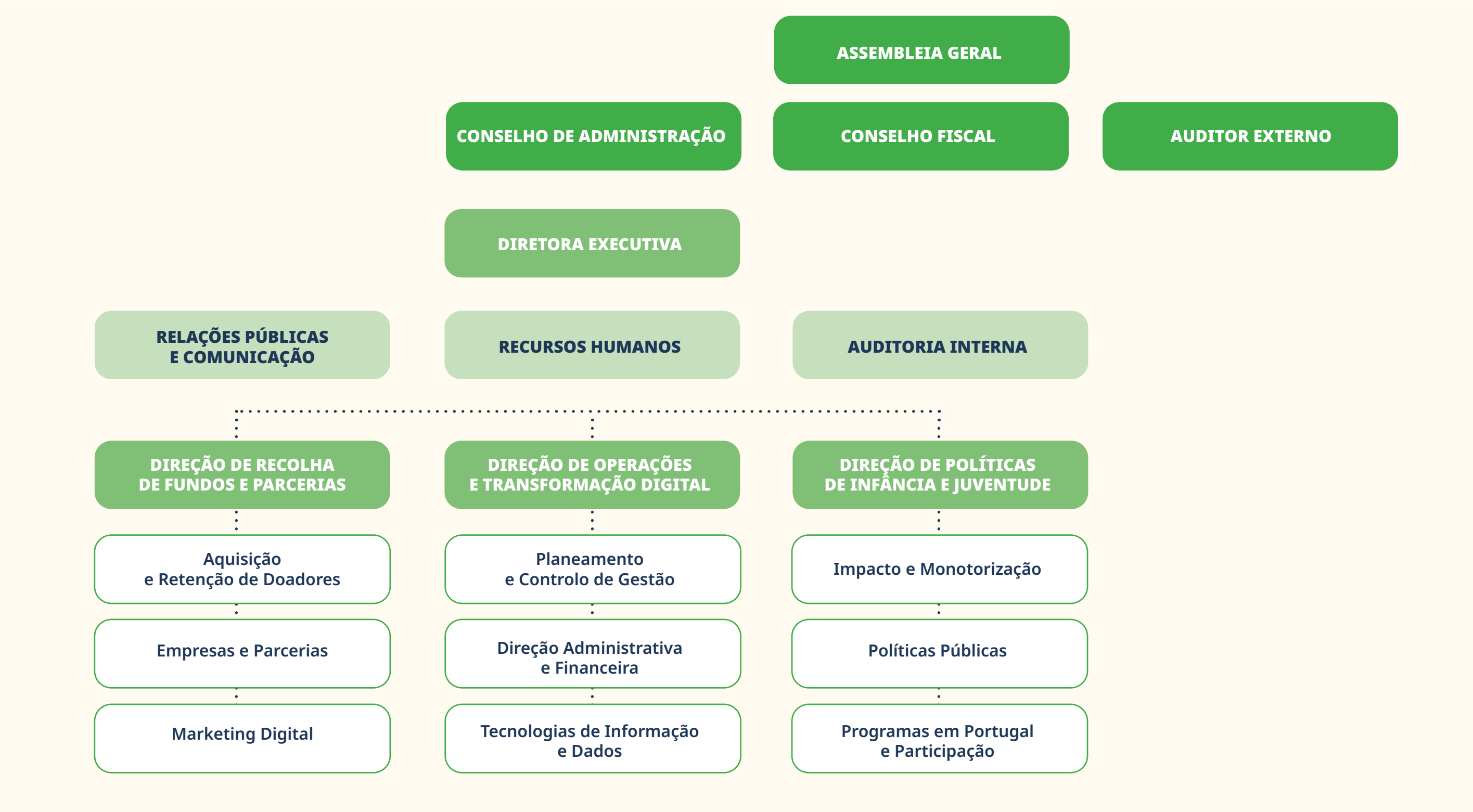
A avaliação de risco segue os seguintes passos:

1. Levantamento e diagnóstico dos processos críticos de toda a organização;
2. Identificação de objetos de auditoria por área funcional;
3. Preparação do relatório final de auditoria (detalhado) por objeto;
4. Proposta de plano de medidas corretivas e preventivas;
5. Reporte trimestral à Comissão de Risco.

Estas aprendizagens representarão um ganho de competências transversal, capacitando a equipa para a gestão de governo interno mais eficiente.

9

Organograma

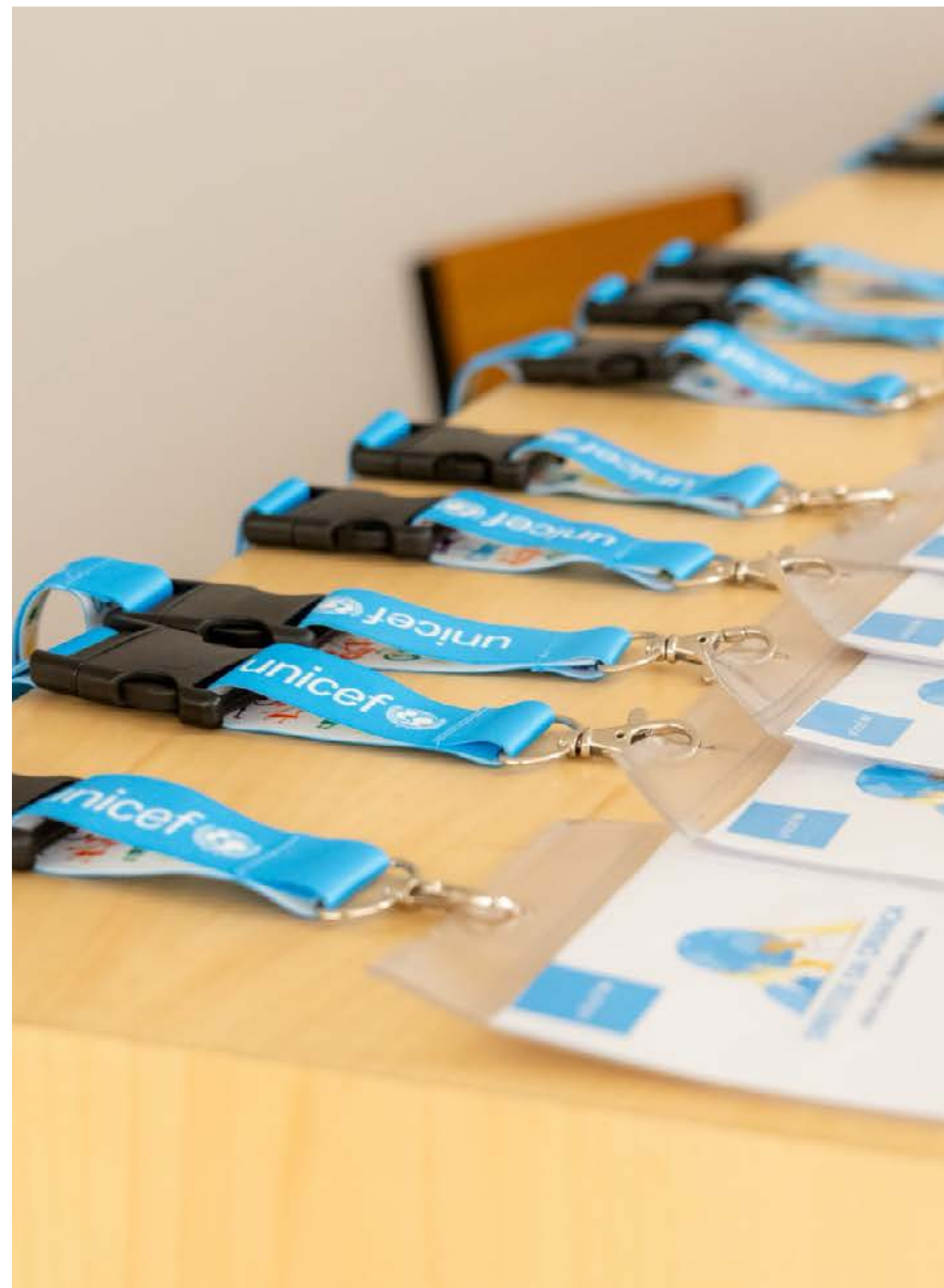


10 I Encontro de Reflexão Estratégica

Em dezembro de 2024, realizou-se o **Primeiro Encontro de Reflexão Estratégica do Comité Português para a UNICEF**. O encontro contou com a participação dos membros do **Conselho de Administração** – Amadeu Paiva, João Viegas d'Abreu, Joana Malaquias, Catarina Lopes, José Serrano Gordo e Cláudia Lobo –, da **Diretora Executiva**, Beatriz Imperatori, da **Diretora de Recolha de Fundos e Parcerias**, Luísa Motta, da **Diretora de Políticas para Crianças e Jovens**, Francisca Magano, do **Diretor de Operações e Transformação Digital**, Gonçalo Sousa, da **Responsável de Recursos Humanos**, Rita Branco, da **Responsável de Relações Públicas e Comunicação**, Catarina da Ponte, e da **Assistente de Direção**, Catarina Ramalheira.

A sessão foi moderada por **Alessandro Rovetta**, especialista em inovação estratégica e desenvolvimento organizacional.

Este encontro marcou um passo importante na consolidação de uma visão estratégica clara e inovadora, garantindo o alinhamento das próximas ações do Comité Português para a UNICEF com os seus objetivos e missão.





II. CONSTRUIR UM PLANETA SUSTENTÁVEL PARA TODAS AS CRIANÇAS

II. Construir um planeta sustentável para todas as crianças



A missão da UNICEF é clara: construir um mundo melhor para todas as crianças, onde quer que vivam. No entanto, a tripla crise planetária – as alterações climáticas, a poluição ambiental e a perda de biodiversidade – representa uma ameaça real para o presente e futuro de, praticamente, todas as crianças no mundo.

Para enfrentar este desafio, a UNICEF lançou o **Plano de Ação para a Sustentabilidade e Alterações Climáticas 2023-2030**, que assinala uma transformação na organização. A estratégia global centra-se agora na

colaboração estreita com governos e comunidades para fortalecer serviços essenciais resilientes e com baixas emissões de carbono; na capacitação das crianças e jovens para se tornarem defensores do planeta; e no reforço dos esforços para acelerar uma transição justa, através da sensibilização, das cadeias de abastecimento e da atuação operacional.

Este Plano de Ação reflete também o compromisso contínuo da UNICEF com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e assenta em três pilares:



A estratégia global centra-se também na capacitação das crianças e jovens para se tornarem defensores do planeta.

- Proteger a vida, a saúde e o bem-estar das crianças, promovendo a adaptação dos serviços sociais essenciais aos desafios impostos pelas alterações climáticas, pelo aumento da frequência de desastres naturais e pela degradação ambiental.
- Capacitar todas as crianças, garantindo-lhes oportunidades de desenvolvimento, educação e aquisição de competências, para que possam desempenhar um papel ativo na proteção do meio ambiente.
- Reduzir as emissões e a pegada de carbono no seio da UNICEF e da sua rede global de parceiros, defendendo o cumprimento dos compromissos internacionais em matéria de sustentabilidade e alterações climáticas.

O Papel das Crianças na Proteção do Ambiente

A UNICEF acredita que é essencial que crianças e jovens aprendam sobre as alterações climáticas desde cedo, para que possam proteger-se, apoiar as suas comunidades e desenvolver um compromisso duradouro com a sustentabilidade.

Em Portugal, a Organização tem procurado escutar as preocupações das crianças relativamente às questões ambientais e criar oportunidades para que desenvolvam competências que lhes permitam atuar na proteção e na melhoria do ambiente. Os resultados do estudo **Tenho Voto na Matéria (2023)** demonstram que **42% das crianças identificam a proteção do ambiente como uma prioridade a melhorar nas suas comunidades**. A poluição surge como o principal problema ambiental que as afeta (65%), enquanto **38% das crianças referem que a falta de educação ambiental impacta diretamente o seu envolvimento nesta causa**.

A educação para a cidadania democrática e a participação ativa devem estar presentes na vida das crianças desde a infância, ajudando-as a compreender como podem influenciar positivamente a sociedade. A iniciativa internacional **“A Maior Lição do Mundo”**,

promovida em Portugal pelo Comité Português para a UNICEF em parceria com a Direção-Geral da Educação, tem sido um motor para o desenvolvimento de projetos que incentivam o respeito pelo ambiente.

Em 2024, **14 escolas foram reconhecidas** pelas suas iniciativas inovadoras, que vão desde o pré-escolar ao ensino secundário. Um dos projetos destacados foi o **“Postais da Paz”**, que envolveu **243 crianças do pré-escolar** na criação de uma iniciativa focada na proteção do ambiente, na literacia e na promoção da paz, em colaboração com as famílias.

Ao longo do ano, o Comité Português para a UNICEF alertou para a importância da atualização do currículo escolar e para a necessidade de adaptação do **parque escolar** e dos **sistemas de saúde**, garantindo que estes respondem às necessidades das crianças e aos impactos das alterações climáticas no seu bem-estar. Destaca-se a importância da construção resiliente das escolas, da preparação para ondas de calor e da adaptação do calendário de exames para evitar períodos de temperaturas extremas, além do reforço da capacidade



do sistema de saúde para lidar com novos desafios.

A UNICEF está comprometida com a construção de um futuro sustentável, para que todas as crianças tenham a oportunidade de crescer num mundo mais saudável, equilibrado e justo.



“A educação para a cidadania democrática e a participação ativa devem estar presentes na vida das crianças desde a infância...”

Pegada carbónica

O Comité Português para a UNICEF tem uma dependência limitada e indireta dos recursos naturais. No entanto, acompanha e avalia as suas emissões em três âmbitos:

- **Âmbito 1:** Emissões diretas associadas às instalações;
- **Âmbito 2:** Emissões decorrentes do consumo de eletricidade adquirida;
- **Âmbito 3:** Emissões indiretas relacionadas com viagens de trabalho, deslocações dos colaboradores, aquisição de produtos e serviços, entre outros.

Para mitigar o impacto ambiental, o Comité Português para a UNICEF aposta em práticas sustentáveis, como a utilização de materiais ecológicos (ex.: cortiça), reciclagem, eficiência energética (iluminação eficiente), redução do consumo de água e compensação da pegada carbónica associada a viagens de avião.

Com o envolvimento das áreas relevantes, o Comité Português para a UNICEF continuará a **reforçar a gestão da sustentabilidade**, em sinergia com colaboradores, fornecedores e parceiros, e a impulsionar ações de **Advocacy** nesta área.

A realização de viagens é controlada e justificada tendo em conta o seu objetivo e impacto.

Sustentabilidade, o compromisso

A Sustentabilidade é um dos seis valores da UNICEF enquanto organização:



1 | Cuidado

Estamos atentos ao bem-estar, crescimento profissional e desenvolvimento mútuo. Reconhecemos que a nossa equipa trabalha frequentemente em ambientes sujeitos a grande stress, onde a insegurança e o risco são factos diários.



2 | Respeito

Tratamo-nos, uns aos outros, com o mesmo nível de consideração que desejamos para nós mesmos e promovemos a diversidade, inclusão e um sentido de pertença para todos.



3 | Integridade

Agimos eticamente, com honestidade e transparência, estabelecendo os mais altos padrões para nós mesmos ao trabalharmos em conjunto e com parceiros, doadores e a comunidade global.



4 | Confiança

Dependemos e acreditamos uns nos outros para agir de acordo com os valores fundamentais e a missão da UNICEF, e no interesse superior das crianças.



5 | Responsabilidade

Responsabilizamo-nos pelos nossos comportamentos, sendo responsáveis pelas nossas ações.



6 | Sustentabilidade

Aplicamos a sustentabilidade ambiental na nossa vida pessoal e profissional, inclusive no planeamento e implementação das atividades da UNICEF, para que a nossa atividade proteja o planeta e os seus recursos, para as crianças que servimos, agora e no futuro.



III. PESSOAS E CULTURA



Ao longo dos anos o Comité Português para a UNICEF tem vindo a evoluir para realizar a sua missão, sendo as pessoas que nele trabalham diariamente o seu maior ativo, garante de uma organização com princípios e preparada para o futuro.

A estratégia de Recursos Humanos assenta:

- Numa cultura organizacional alicerçada nos valores UNICEF: Cuidado, Respeito, Integridade, Confiança, Responsabilidade e Sustentabilidade;
- Na capacidade de atração e retenção de talento, investindo na visibilidade institucional (*employer branding*) e na qualidade dos processos de integração e desenvolvimento pessoal;
- Na diversidade, equidade e inclusão em todos os níveis da organização, assegurando o respeito por todos;
- Numa comunicação contínua, com feedback ativo e construtivo;
- Em políticas de flexibilidade e programas de bem-estar que promovam o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, cuidando da saúde física, mental e emocional.



1 | As Nossas Pessoas

Estrutura

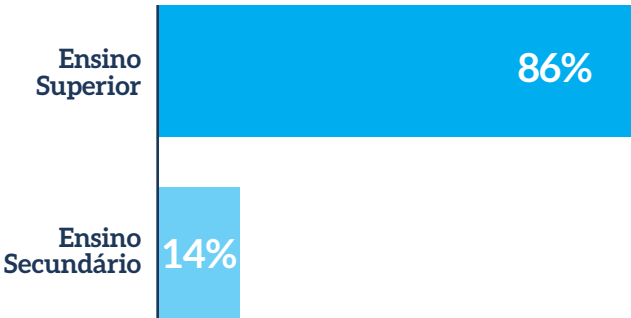
Dando continuidade à nossa estratégia de reforço da equipa concluímos o ano de 2024 com um total de 36 colaboradores. Esta evolução reflete uma estratégia de crescimento gradual, centrada nas funções críticas e numa perspetiva de sustentabilidade de longo prazo, sempre alinhada com os objetivos e necessidades da UNICEF.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES



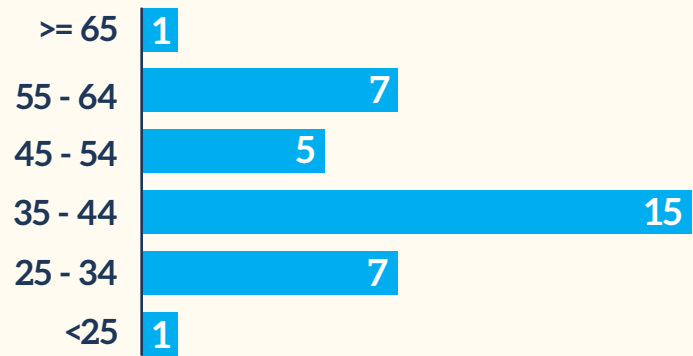
Habilitações Académicas

O número de colaboradores com formação académica superior (licenciatura, mestrado e doutoramento) aumentou em 2024. A maioria dos colaboradores possui formação ao nível do ensino superior, representando 86% do total.



Grupos Etários

No final de 2024, a nossa média etária era de 43 anos – uma realidade diversificada de gerações valorizando as diferentes experiências, competências e perspetivas para o enriquecimento da nossa atividade, permitindo-nos responder aos desafios do presente e do futuro.



Formação

Em 2024, o compromisso com a aprendizagem contínua manteve-se, realizando um total de 1.636 horas de formação, o que representa um crescimento de 13% versus 2023, com 33 horas de formação por colaborador.

	2023	2024
Horas de Formação	1 453h	1 636h
Número de Formandos	30	36
Valor de Investimento	17 468€	24 134€



2 | Investindo nas pessoas, na organização e numa cultura de bem estar

O programa de *Onboarding*, nacional e internacional, pretende garantir uma integração eficaz e satisfatória dos novos colaboradores no Comité Português, de forma a que estejam preparados para desempenhar as suas funções desde o primeiro dia.

A **transformação digital**, para além do uso de novas ferramentas tecnológicas, constitui um esforço estruturado para adotar novas formas de trabalhar, nomeadamente na prática colaborativa e partilhada por toda a organização. Foi assim que nasceu um novo programa interno -New Ways of Working, para promover e otimizar a colaboração entre equipas, tornando o dia a dia mais ágil e eficiente.

O processo de **gestão de desempenho**, promove o alinhamento entre os objetivos individuais e organizacionais, através de uma prática de feedback e reconhecimento.

Os **programas de desenvolvimento pessoal**, com sessões práticas de coaching e mentoring e de especialização, permitem que as pessoas acompanhem as novas necessidades da organização reforçando as suas competências em domínios estratégicos para que estejam efetivamente capacitadas para realizar da melhor forma os objetivos a que a organização se propôs.

O **Programa dedicado ao bem-estar mental, *Mental Health Booster***, proporciona aos colaboradores ferramentas práticas para fortalecer a resiliência emocional e gerir o stress, com impacto positivo tanto na organização como na vida familiar e particular de cada um.



3 | Compromissos para 2025

Em 2025, a estratégia de gestão de pessoas, manter-se-á alinhada em quatro pilares: promover o bem-estar integral dos colaboradores, garantir uma proposta de valor clara e alinhada com as suas necessidades, investir em oportunidades contínuas de desenvolvimento e capacitação, e fortalecer os canais de comunicação interna para uma maior colaboração e alinhamento. Com este objetivo pretendemos reforçar uma cultura organizacional inclusiva, estimulante e sustentável, trabalhando para que todos os colaboradores se sintam reconhecidos e preparados para contribuir para o sucesso coletivo da organização.



“...pretendemos reforçar uma cultura organizacional inclusiva, estimulante e sustentável...”

Bem-estar e Equilíbrio

Apostaremos no bem-estar físico, emocional e mental dos nossos colaboradores, promovendo o equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Valorização pessoal

Reforçaremos o reconhecimento de cada um, promovendo a diversidade e a inclusão, garantindo que todos são respeitados e valorizados na sua singularidade.

Desenvolvimento contínuo

Comprometemo-nos a proporcionar jornadas de aprendizagem significativas e relevantes para os nossos colaboradores. Investiremos em programas de formação e desenvolvimento que promovam o crescimento profissional e pessoal, capacitando a nossa equipa para realizar os objetivos atuais e os desafios do futuro com confiança.

Ênfase na Comunicação Interna

A comunicação interna continuará a ser uma ferramenta-chave para garantir o alinhamento de todos com a missão e os valores da organização.

Continuaremos a reforçar os canais de comunicação, promovendo o diálogo aberto, transparente e a partilha de ideias entre todos os níveis hierárquicos. A interação constante e o feedback continuam a ser fundamentais para criar um ambiente colaborativo e de pertença.

A young woman with dark skin is shown from the chest up. She is wearing a vibrant pink hijab that covers her head and neck. Underneath, she has a top with a colorful geometric pattern in white, black, yellow, and red. She is looking off-camera to her right with a slight smile. The background is a blurred, warm-toned wall. In the bottom left corner, there is a blue rectangular box containing white text.

IV. COMUNICAÇÃO INTERNA E INSTITUCIONAL



1 | A nossa comunicação Interna

Em 2024, continuámos a investir na comunicação interna, essencial para manter a equipa motivada e alinhada com os nossos objetivos. Reforçámos os mecanismos de partilha de informação, criando maior envolvimento e entusiasmo.

As reuniões trimestrais continuaram a ser fundamentais para a partilha de resultados e desafios. Lançámos a nossa primeira newsletter do Comité Português para a UNICEF, uma ferramenta importante para manter todos informados, e criámos novos canais de comunicação, mais específicos e personalizados para diferentes áreas.

Formámos um grupo de trabalho entre os departamentos de RH e Comunicação, com o objetivo de alinhar a estratégia interna com a visão institucional e de marca empregadora (*employer branding*).



“Reforçámos os mecanismos de partilha de informação, criando maior envolvimento e entusiasmo.”

Este esforço tem contribuído para uma comunicação mais integrada e coerente com a nossa missão e valores.

Em 2025, daremos continuidade a estas ações, com um plano de comunicação robusto de forma a intensificar os canais de comunicação existentes e manter um fluxo de comunicação contínuo e atualizado.

2 | Para Todas as Crianças, mais Voz

Em 2024, consolidámos a nossa posição como entidade de referência na promoção e defesa dos Direitos da Criança, reforçando a nossa presença nos meios de comunicação social em Portugal e no mundo. Ao longo do ano, trabalhamos para informar e sensibilizar o público sobre os desafios que as crianças enfrentam, tanto no nosso país como a nível global.

A UNICEF nos Meios de Comunicação Social

Nos meios de comunicação social portugueses, foram divulgadas 4.770 peças noticiosas sobre o Comité Português para

a UNICEF e UNICEF (global). O número de notícias registou um aumento de 25% em relação ao ano anterior.

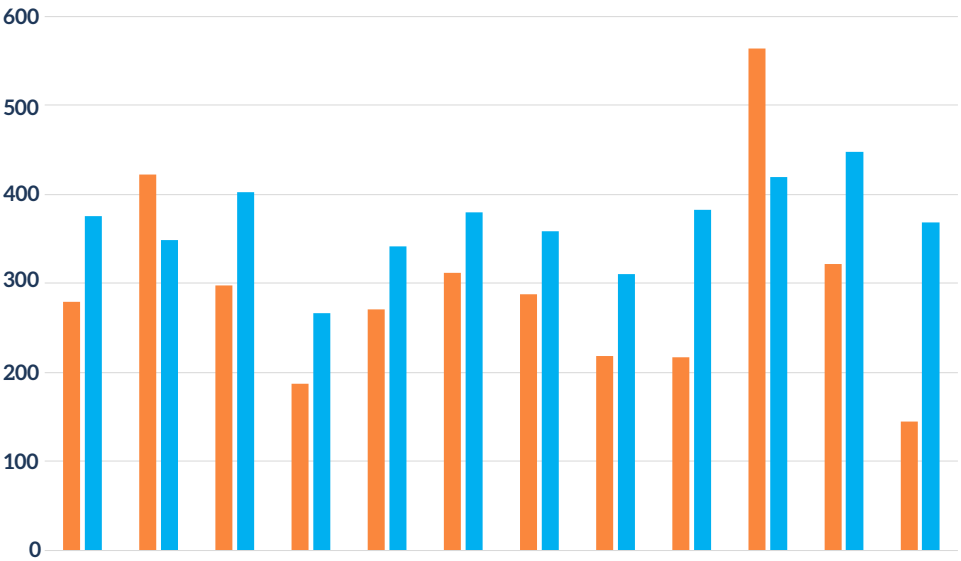
A presença contínua da UNICEF nos media nacionais ao longo do ano permitiu alcançar uma **circulação* de 576.011.139**, um resultado que reflete o esforço de sensibilização do público para as questões que afetam crianças e jovens em Portugal e no mundo, com especial enfoque na resposta a crises humanitárias e eventos de grande impacto global e nacional.



* Circulação refere-se ao espaço onde as notícias são inseridas e inclui: Audiências de televisão, audiências de rádio, número de tiragens de jornais e revistas, e número de visualizações médias das páginas web.



NÚMERO DE NOTÍCIAS PUBLICADAS EM PORTUGAL (MÊS)



Número de notícias publicadas sobre a UNICEF e o Comité Português para a UNICEF entre janeiro e dezembro de 2024 nos meios de comunicação social portugueses. Os dados refletem a cobertura mediática total em Portugal. Fonte: Cision

A análise da distribuição de notícias ao longo do ano revela uma cobertura jornalística equilibrada, com maior destaque para os seguintes temas:

- Conflito em Gaza;
- Conflito no Líbano;
- Relatório internacional sobre crianças institucionalizadas;
- Abusos sexuais em Portugal.

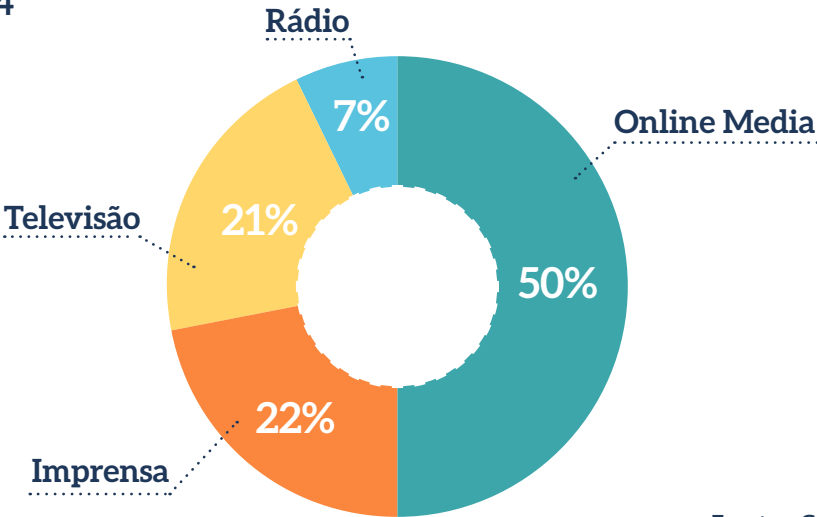


Relativamente à distribuição da publicação de notícias por tipo de meio, verifica-se que metade das peças foram publicadas em meios digitais. Refira-se que ao longo dos últimos anos, a alocação de notícias nas plataformas digitais tem vindo a aumentar de forma consistente, em linha com a expansão do número de páginas de notícias na Internet.

Na distribuição das notícias nos meios de comunicação social ditos tradicionais,

verificamos que na imprensa escrita e televisão a UNICEF mantém uma presença semelhante, com 22% e 21% das peças veiculadas, respetivamente. Já em rádio, mantendo-se em linha com a tendência dos últimos anos, constatamos uma percentagem de 7%. A distribuição de notícias por tipologia de meios é idêntica à do ano anterior, tendo-se verificado em 2024 um acréscimo de 1% em notícias online e um igual decréscimo em notícias em televisão.

DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS POR TIPOLOGIA DE MEIOS
2024



Fonte: Cision

DESTAQUES DE 2024

Crianças em conflito

Em 2024, a emergência na faixa de Gaza, Cisjordânia e Líbano, destacou-se como uma das crises mais complexas e mediáticas do ano. No entanto, muitas outras crises marcaram a atualidade, tornando este período um dos mais desafiadores de sempre, tendo como resultado o número mais alto de sempre de crianças a viver em contextos de conflito no mundo – mais de 473 milhões.



Em 2024 assistimos a uma tendência de agravamento dos conflitos, especialmente nas regiões de Ucrânia, Gaza, Líbano, Haiti, Mianmar e Sudão.

No final de 2024, a UNICEF já contabilizava cerca de 47,2 milhões de crianças que tinham sido forçadas a abandonar as suas casas por causa dos conflitos armados e do aumento da violência.



DESTAQUES DE 2024

Conflito em Gaza

O conflito em Gaza, que se estendeu ao longo de todo o ano, foi um dos temas mais presença nos meios de comunicação portugueses ao longo dos doze meses, sobretudo em outubro, período em que se assinalou os 365 dias de conflito.

A proteção das crianças e das suas famílias, bem como a resposta às suas enormes necessidades, juntamente com a defesa de um acesso humanitário sem impedimentos, foram duas das principais prioridades da UNICEF nas suas intervenções no terreno. O conflito em Gaza gerou um AAV de 5 198 822,30€.



DESTAQUES DE 2024

Abusos sexuais contra crianças

Os abusos sexuais continuaram a ser uma área prioritária em matéria de proteção infantil para o nosso Comité. O trabalho desenvolvido ao longo do ano junto dos vários *stakeholders* resultou em 83 peças noticiosas nos meios de comunicação nacionais. Este é um tema sobre o qual é preciso continuar a quebrar tabus, a pedir uma ação eficaz para a proteção das crianças e para o trabalho de prevenção.

A violência sexual é uma violação grave dos direitos da criança, com impactos negativos na sua saúde física e mental, bem-estar e desenvolvimento. Trata-se de um fenómeno global que afeta crianças de todas as idades e contextos, incluindo em Portugal, onde cerca de 176 mil pessoas (entre os 18 aos 74 anos) foram vítimas de abuso sexual na infância

(INE, 2022). O abuso, segundo a mesma fonte, “pode ter ocorrido em diferentes contextos, incluindo na casa da criança, na escola, na comunidade ou na Internet”. As mulheres são o grupo com maior prevalência de violência sexual até aos 15 anos, afetando 3,5% das mulheres e 1,1% dos homens. Contudo, estes números podem não representar a totalidade das situações ocorridas, uma vez que a maioria dos casos não são reportados.*

Para além da disponibilização de um repositório online na nossa página de internet sobre abusos sexuais, produzimos documentos e emitimos um comunicado de imprensa com recomendações concretas ao governo sobre esta matéria.

* Mais informação sobre este tema encontra-se disponível no capítulo V. Para todas as crianças em Portugal, na secção de Políticas Públicas.



DESTAQUES DE 2024

Casamento infantil e Lançamento do Livro Branco

O casamento infantil, um dos temas centrais das atividades de Advocacy em Portugal nos últimos anos, esteve em destaque em 2024.

A cobertura mediática sobre o casamento infantil ganhou destaque com o lançamento do Livro Branco sobre Casamentos Infantis, Precoces e/ou Forçados, nos meses de outubro e novembro. Com um total de 11 notícias, a comunicação evoluiu de uma abordagem informativa e de sensibilização para um debate político polarizado, evidenciando a crescente pressão social e institucional para a erradicação desta prática.

As notícias publicadas destacaram dados alarmantes, a urgência de políticas públicas mais eficazes e a necessidade de pressionar

os decisores políticos para ações concretas. Foi um momento de sensibilização e consciencialização da opinião pública, reforçando que este não é apenas um tema cultural ou restrito a certas comunidades, mas um problema estrutural ligado à pobreza, desigualdade de género e falta de proteção infantil.

O Comité Português para a UNICEF tem defendido a necessidade de uma alteração legislativa que garanta que nenhuma criança casa antes dos 18 anos, sem exceções. Para erradicar esta prática, é fundamental que a lei reflita um compromisso firme com a proteção da criança, eliminando qualquer possibilidade de casamento na infância.





DESTAQUES DE 2024

Futuro em construção: 2050 Infância e tendências globais - Relatório Situação Mundial da Infância 2024 e Webinar

No dia 20 de novembro, data em que se assinala o Dia Universal dos Direitos da Criança, a UNICEF lançou o seu relatório anual de referência “Situação Mundial da Infância 2024 – O futuro da Infância num mundo em transformação”.

Com base no tema do relatório, que analisou três megatendências com impacto significativo na vida das crianças entre o presente e a década de 2050 – nomeadamente as alterações demográficas, a crise climática e ambiental e as desigualdades no acesso à tecnologia –, organizámos uma mesa-redonda com o título: “Futuro em construção – infância e

tendências globais 2050”. O evento, realizado online e transmitido em direto no YouTube, reuniu os especialistas Germano Almeida, Luísa Schmidt e Nuno Miguel Guerreiro, com a moderação de Beatriz Imperatori, para uma reflexão conjunta sobre os desafios globais e as ações necessárias para a proteção dos direitos da criança num mundo em constante mudança.

O relatório e a mesa-redonda geraram 108 notícias com um AAV de 2 135 419,20€.





3 | Iniciativas Nacionais

Conferência “Direitos da Criança – Ação Local, Desafio Global”

Realizámos no dia 26 de junho, com o apoio da Câmara Municipal do Porto, a conferência “Direitos da Criança – Ação Local, Desafio Global”. O evento decorreu no Pavilhão Rosa Mota da Super Bock Arena, no Porto, reunindo jovens, especialistas, decisores políticos e educadores que refletiram sobre a construção de comunidades mais coesas e justas para todas as crianças.

Com esta conferência, reforçámos a importância dos dois programas promovidos em Portugal – o Programa Educação pelos Direitos da Criança e o Programa Cidades Amigas das Crianças – e o seu papel nas comunidades educativas e municípios que os integram.



Seja Doador

Vá a agua.unicef.pt

ou 761 109 209

para todas as crianças

“Água que não dá vida”

Em julho de 2024, lançámos uma campanha com Marisa Liz, para alertar sobre a falta de acesso a água potável. Com o mote “Água que não dá vida”, destacou os riscos da água contaminada e promoveu pastilhas purificadoras como solução. A campanha, divulgada em vários meios, incentivou donativos para fornecer água segura a crianças vulneráveis.

Marisa Liz protagoniza nova campanha da Unicef

Para lá da televisão, a campanha vai estar presente em exterior (mupis), rádio, ATM Solidário, direct mail, email marketing, Google Ads, redes sociais e telemarketing. A Starcom é a agência de meios.

A cantora Marisa Liz é protagonista da nova campanha da Unicef Portugal, que tem como objetivo levar água limpa a crianças em situação de vulnerabilidade. A criatividade é da i-Brothers.

Segundo o comunicado “Água que não dá vida”, a campanha “destacará os impactos das alterações climáticas, o acesso à água limpa e a importância da água potável para a saúde das crianças.”

“Obrigada, Unicef, por confiarem em mim para dar voz a esta causa. Estamos juntos por um mundo melhor”, diz Marisa Liz, citada em comunicado.

“Ação de prevenção” é o lema da campanha, que visa sensibilizar a população para a importância da água potável e da saúde das crianças.

“A falta de acesso à água potável continua a ser uma das crises humanitárias mais graves do mundo. Como se não fossem os 100 milhões de pessoas do mundo que não têm acesso à água limpa e segura, mais de 10 milhões de crianças vivem em áreas afetadas por conflitos armados, o que agrava ainda mais a situação.”

“A falta de acesso à água potável continua a ser uma das crises humanitárias mais graves do mundo. Como se não fossem os 100 milhões de pessoas do mundo que não têm acesso à água limpa e segura, mais de 10 milhões de crianças vivem em áreas afetadas por conflitos armados, o que agrava ainda mais a situação.”

“A falta de acesso à água potável continua a ser uma das crises humanitárias mais graves do mundo. Como se não fossem os 100 milhões de pessoas do mundo que não têm acesso à água limpa e segura, mais de 10 milhões de crianças vivem em áreas afetadas por conflitos armados, o que agrava ainda mais a situação.”

Marisa Liz junta-se à UNICEF Portugal em prol de uma causa solidária

Marisa Liz, cantora e atriz, protagoniza a nova campanha da Unicef Portugal, “Água que não dá vida”, que visa sensibilizar a população para a importância da água potável e da saúde das crianças.

A campanha “Água que não dá vida” da Unicef Portugal, que tem como objetivo levar água limpa a crianças em situação de vulnerabilidade, foi lançada em julho de 2024.

A campanha “Água que não dá vida” da Unicef Portugal, que tem como objetivo levar água limpa a crianças em situação de vulnerabilidade, foi lançada em julho de 2024.

A campanha “Água que não dá vida” da Unicef Portugal, que tem como objetivo levar água limpa a crianças em situação de vulnerabilidade, foi lançada em julho de 2024.

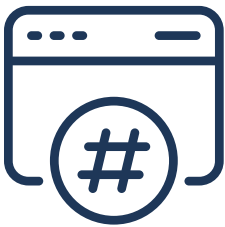
A campanha “Água que não dá vida” da Unicef Portugal, que tem como objetivo levar água limpa a crianças em situação de vulnerabilidade, foi lançada em julho de 2024.



4 | A nossa presença nas Redes Sociais

Em 2024, as redes sociais desempenharam um papel essencial na divulgação de mensagens e conteúdos do Comité Português para a UNICEF, com especial enfoque na mobilização de apoio e envolvimento do público nas suas campanhas e apelos. A nossa presença nas Redes Sociais afirmou-se em 3 principais plataformas - Facebook, Instagram e LinkedIn - e registou as seguintes métricas tendo por base a gestão orgânica e paga de conteúdos:

-  Com 206 357 seguidores, alcançámos 3 604 627 pessoas e gerámos 241 172 interações, demonstrando um forte envolvimento da nossa audiência.
-  Um bom crescimento nesta plataforma, atingindo 73 200 seguidores, com um alcance de 2 162 000 utilizadores e 88 370 interações.
-  Com 27 050 seguidores, registámos 71 533 impressões e 1 017 interações, nesta plataforma com uma vertente mais corporativa.



A elevada interação nas redes sociais reforça a importância da comunicação digital na promoção da missão do Comité Português para a UNICEF e da UNICEF Global, assegurando que as nossas mensagens cheguem a um público cada vez mais vasto e diversificado.



Variação de valores totais nas redes sociais 2023 vs 2024





5 | As nossas páginas web

A [nossa presença digital](#) assenta no **website institucional (unicef.pt)**, na **plataforma de recursos educativos (escolas.unicef.pt)** e em **três páginas dedicadas à angariação de fundos**, essenciais para apoiar o trabalho da organização no terreno. Todas estas plataformas desempenham um papel fundamental na disseminação de mensagens e na mobilização do público e dos doadores.

Em 2024, foi ainda lançado um **microsite dedicado a uma iniciativa de políticas públicas (eleições.unicef.pt)**, reforçando a estratégia digital da organização.

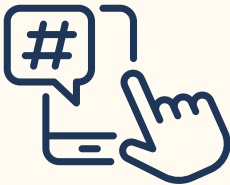
As páginas web do Comité Português para a UNICEF registaram **962 663 visualizações** (-10,5% face a 2023), distribuídas por **607 306 sessões** (-1,6% face a 2023), com um total de **453 076 utilizadores** (-2,4% face a 2023).

O **top 10 das páginas mais visitadas** foi liderado pela homepage do **website institucional**, seguida por **oito páginas de**

campanhas de angariação de fundos, cuja divulgação foi impulsionada por anúncios pagos. Em décimo lugar, destacou-se o **microsite eleições.unicef.pt**, cuja mobilização de utilizadores ocorreu exclusivamente de forma orgânica.



962 663
visualizações



453 076
utilizadores





**V. PARA TODAS
AS CRIANÇAS EM PORTUGAL**



Nos últimos anos, o Comité Português para a UNICEF tem consolidado o seu impacto, não só no reforço dos programas nacionais em todo o país, como também com o aprofundamento do trabalho de influência de políticas públicas em prol dos direitos da criança.

Em 2024, num contexto de crescente instabilidade global, desafios ambientais e desigualdades sociais, o nosso compromisso com a infância e juventude em Portugal manteve-se inabalável. Continuámos a fortalecer os programas nacionais e a capacitar os agentes locais para enfrentar questões fundamentais como a pobreza infantil e a violência contra as crianças, e reforçar a participação ativa das crianças nas decisões que as afetam.

Chegámos a cerca de 30% das crianças em Portugal. Colaborámos com escolas, onde as crianças passam a maior parte do seu tempo; com municípios, que asseguram os serviços que as crianças usam diariamente; e com o Parlamento e o Governo, que tomam decisões que afetam as suas vidas.



“Em 2024, num contexto de crescente instabilidade global, desafios ambientais e desigualdades sociais, o nosso compromisso com a infância e juventude em Portugal manteve-se inabalável.”

A nossa inspiração continua a ser reforçada pela missão que nos move: criar um país e um mundo melhor para todas as crianças. Apesar da incerteza e dos desafios, olhamos para o futuro com entusiasmo e determinação, certos de que, juntos, podemos alcançar mudanças transformadoras e duradouras para toda as crianças.

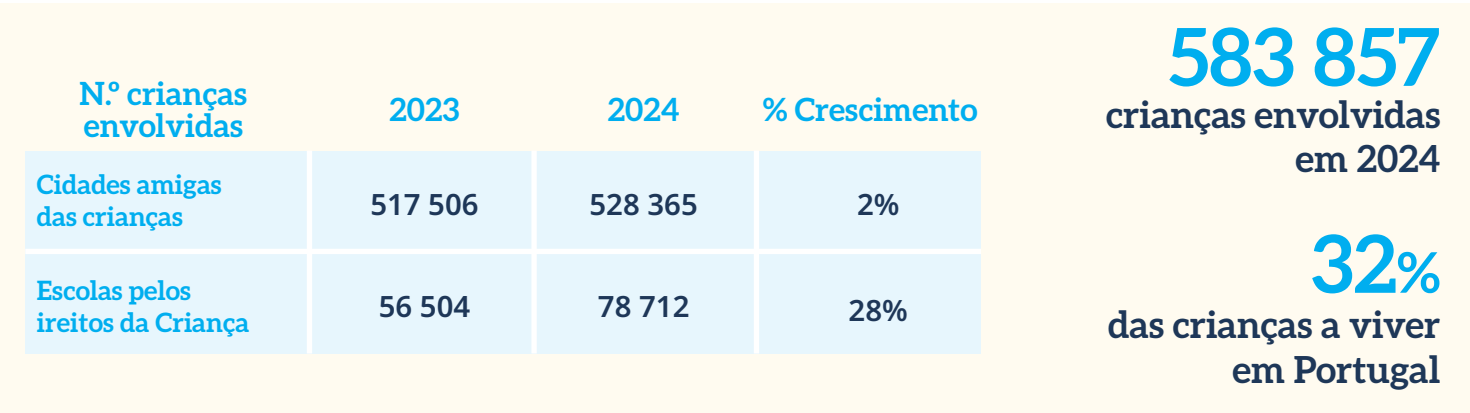


1 | Principais Resultados

O **impacto do trabalho** do Comité Português para a UNICEF reflete-se no envolvimento cada vez maior de crianças e jovens nos programas “Cidades Amigas das Crianças” e “Escolas pelos Direitos da Criança”, promovendo uma cultura de direitos que

se estende da escola à comunidade e à sociedade em geral.

Estas iniciativas demonstram a importância de garantir que todas as crianças crescem em ambientes que respeitam, protegem e promovem os seus direitos.



2 | Cidades Amigas das Crianças

Em 2024, o Comité Português para a UNICEF contou com uma rede de Cidades Amigas das Crianças (CAC), constituída por 34 municípios, empenhados na realização dos Direitos da Criança através da política pública local e na construção de comunidades onde a participação das crianças e jovens são uma realidade.

Escala e alcance

No final de 2024, a rede nacional contava com 33 municípios, dos quais 14 reconhecidos como “Cidades Amigas das Crianças” e 19 em processo de reconhecimento, tendo um município deixado de integrar a rede.

Aproximadamente 31% das crianças em todo o país residem em cidades que fazem parte da rede CAC, sublinhando o alcance significativo do programa em Portugal.

Capacitação e comunidade de prática

Foram realizadas 3 sessões de formação em Direitos da Criança, Participação e Diagnóstico Local Participado, nas quais participaram um total de 401 profissionais dos municípios da rede.

No final do ano, foi realizado um encontro presencial da comunidade de prática no município de Pombal, com a participação de 35 profissionais, incluindo dirigentes e técnicos municipais. O encontro teve como objetivo apresentar dados e informação sobre o programa, proporcionar momentos de partilha e reflexão, e fortalecer a interação e relação entre os membros da rede.



MUNICÍPIOS RECONHECIDOS:

Braga;
Cascais;
Fornos de Algodres;
Funchal;
Guimarães;
Lisboa;
Madalena do Pico;
Porto;
Póvoa de Lanhoso;
Seia;
Torres Novas;
Vila Nova de Famalicão;
Vila Verde.

MUNICÍPIOS ADERENTES:

Albergaria-a-Velha;
Castro Daire;
Celorico da Beira;
Espinho;
Esposende;
Fafe;
Fundão;
Maia;
Marco de Canaveses;
Mêda;
Monção;
Ourém;
Ovar;
Praia da Vitória;
Penafiel;
Pombal;
Valongo;
Vila Franca de Xira;
Vila Nova de Gaia.

Resultados e impacto: Governação

O Programa Cidades Amigas das Crianças (CAC) tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das crianças, integrando as suas necessidades e perspetivas nas políticas locais*. Os municípios têm criado comunidades mais seguras, acessíveis e equitativas, ao promoverem a participação ativa das crianças, fortalecerem redes de colaboração e implementarem medidas inclusivas.

Um dos aspetos centrais de uma “Cidade Amiga das Crianças” é a existência de um Mecanismo de Coordenação, um órgão interdisciplinar que garante a adoção de políticas integradas. Os municípios consideram que a existência deste mecanismo, coeso e multidisciplinar, é a dimensão mais relevante e transformadora de mudança nos territórios.

Nos municípios da rede CAC, o mecanismo é constituído, em média, por 10 entidades (entre 4 e 24 entidades), como serviços internos das



Câmaras Municipais, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Instituições de Ensino, IPSS/ONG e Serviços de Saúde, autoridades judiciais, entre outros. Este Mecanismo de Coordenação tem potenciado a reflexão coletiva, articulação eficiente, compreensão mais aprofundada da situação da infância e juventude local e maior partilha de recursos, possibilitando respostas mais diversificadas e gestão eficiente de recursos.

De acordo com os municípios parceiros, os benefícios do Mecanismo de Coordenação vão para além do programa, constituindo-se como um importante instrumento facilitador da implementação de outras políticas e programas a nível local, como os Núcleos Locais da Garantia para a Infância, um importante instrumento de política pública de redução da pobreza infantil e exclusão.

“A relevância do Programa Cidades Amigas das Crianças para os municípios faz-se sentir, sobretudo, a dois níveis: na abordagem holística com que propõe trabalhar as políticas dirigidas às crianças, com o foco na sua participação ativa; e na proposta de um trabalho concertado entre os vários atores com impacto na vida das crianças, reunidos no Mecanismo de Coordenação.”

Entrevista, Membro de uma Cidade Amiga das Crianças

“O Programa constitui o chapéu que enquadra diferentes planos setoriais, no sentido de não haver dispersão de recursos e de nos focarmos sectorialmente na concretização dos objetivos”.

Entrevista, Autarca

*Resultados da avaliação externa realizada pela Stone Soup, dos contributos recolhidos dos encontros da comunidade de prática e de entrevistas feitas pelo Comité Português para a UNICEF com os pontos focais dos municípios parceiros.



Resultados e impacto: Acesso a serviços

No âmbito do Programa CAC, a maioria dos municípios tem medidas específicas relativas à violência contra crianças (76%), bem como iniciativas centradas na pobreza infantil e na migração/integração social (64%).

As mudanças partilhadas pelos municípios indicam melhorias no acesso a espaços públicos seguros, como parques e áreas de lazer, melhorias no acesso a serviços de saúde, educação e proteção contra violência.

Exemplos de medidas desenvolvidas nos municípios na área da proteção contra a violência:

- **Programa “Picos e Avelã”:** após a identificação da necessidade de intervenção pelo Mecanismo de Coordenação, foi desenvolvida uma resposta que inclui a formação de 39 educadoras de infância e aplicação de um programa de prevenção do abuso sexual no pré-escolar nas 11 IPSS concelhias (Câmara Municipal de Ovar).

- **Crianças e Jovens (Com)Vida:** iniciativa que inclui ações de sensibilização sobre igualdade de género, bullying, violência e abusos; e prevenção de comportamentos de risco; e capacitação das crianças e jovens, na prevenção de comportamentos de risco e em situações, que coloquem a sua segurança e bem-estar em risco (Câmara Municipal de Castro Daire).
- **Programa Direitos à Vista:** programa de educação para os Direitos humanos destinado a jovens do 6.º ano de escolaridade, que visa contribuir para a não discriminação, tolerância, espírito de fraternidade e não violência nas escolas (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira).

Resultados e impacto: Participação

A criação de mecanismos de participação ativa das crianças tem permitido a integração das suas perspetivas nos processos de decisão local, garantindo inclusão e equidade, com atenção especial às crianças em situação mais vulnerável.

Exemplos de medidas desenvolvidas nos municípios na área da participação:

- **Programas adaptados às necessidades das crianças:** desenvolvimento de uma consulta pública com crianças que permitiu identificar necessidades e implementar medidas que respondessem aos problemas, como alterações nas rotas de transportes públicos, melhorias na sinalética urbana (sinalização adaptada à altura das crianças), maior acessibilidade a espaços culturais (gratuidade de acesso a espaços culturais para jovens até os 18 anos) e criação de áreas de lazer nos projetos habitacionais (Câmara Municipal de Cascais).
- **Respostas mais eficientes:** implementação de redes e mecanismos de comunicação interna que melhorou a agilidade no atendimento às necessidades das crianças e famílias e diminuição de tempos de espera. O trabalho colaborativo facilitou a tomada

de decisão, tornando as propostas mais estruturadas e facilmente aprovadas, o que diminuiu burocracias e aumentou a eficiência (Câmara Municipal de Guimarães).

- **Espaços mais acessíveis e seguros para todos:** criação de espaços acessíveis para as crianças que beneficia também idosos e outros grupos vulneráveis, promovendo uma cidade para todas as idades. Quando uma cidade é pensada tendo em consideração as necessidades das crianças, beneficia todos os cidadãos, promovendo ambientes mais acessíveis e acolhedores (Câmara Municipal de Lisboa).
- **Aumento do orçamento disponível:** a maior consciencialização sobre os Direitos da Criança tem levado a mudanças concretas, não só no funcionamento das Câmaras Municipais, como também na alocação de verbas do orçamento específico para propostas das crianças (Câmaras Municipais da Maia, Braga, Vila Verde, Pombal, Vila Nova de Gaia e Vila Franca de Xira, entre outras), como também das Juntas de Freguesia (Câmara Municipal de Lisboa).



Municípios Reconhecidos
como Cidades Amigas das Crianças:

- Braga

Cascais

Fornos de Algodres

Funchal

Guimarães

Lisboa

Madalena do Pico
- Ponte de Sor

Porto

Póvoa de Lanhoso

Seia

Torres Novas

Vila Nova de Famalicão

Vila Verde



Municípios Candidatos
a Cidades Amigas das Crianças:

- Albergaria-a-Velha

Castro Daire

Chamusca*

Celorico da Beira

Espinho

Esposende

Fafe

Fundão

Maia

Marco de Canaveses
- Mêda

Monção

Ourém

Ovar

Penafiel

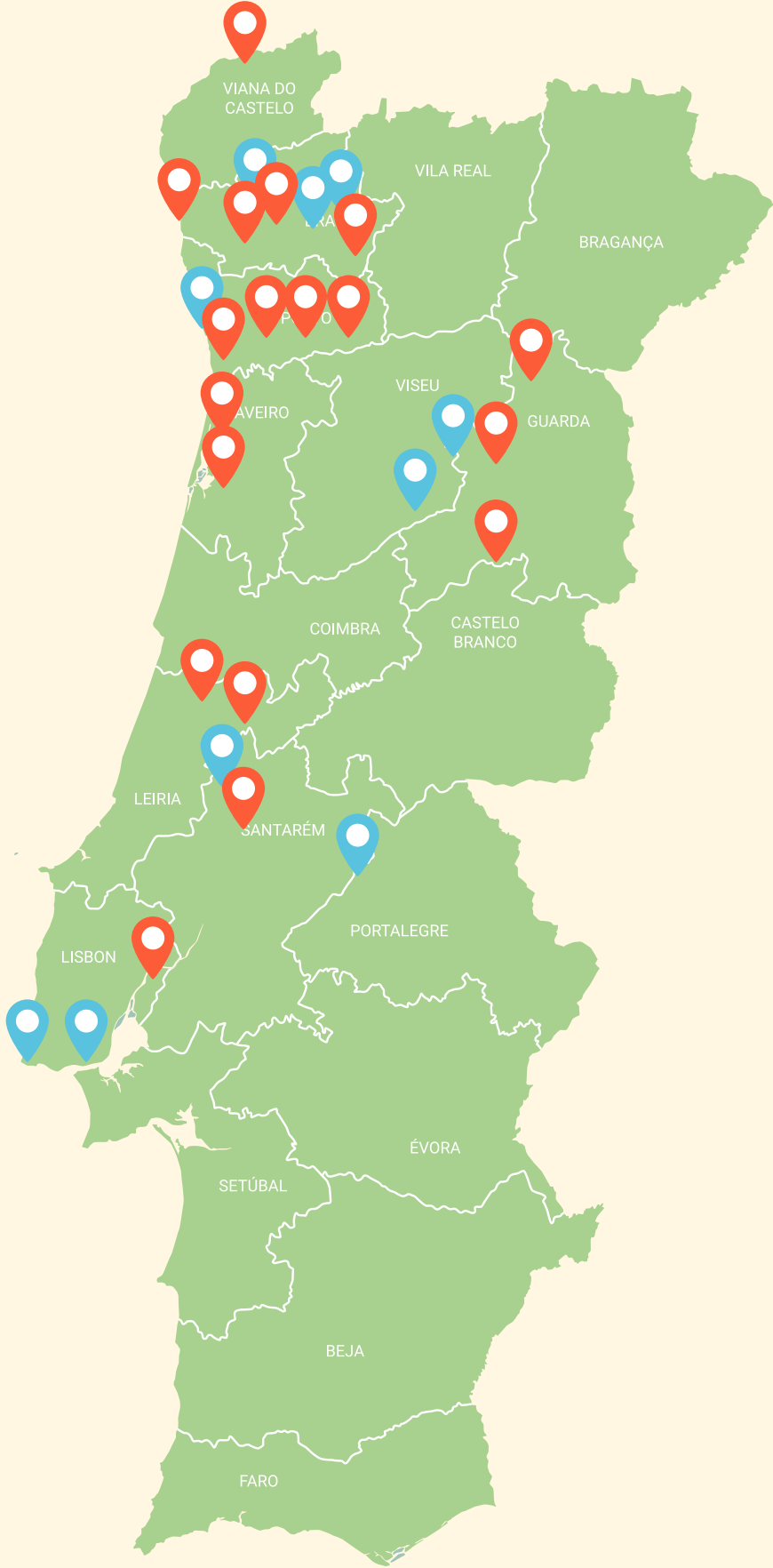
Pombal

Praia da Vitória

Valongo

Vila Franca de Xira

Vila Nova de Gaia





3 | Escolas pelos Direitos da Criança

O programa “Escolas pelos Direitos da Criança” (EDC) tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre os Direitos da Criança e capacitar os profissionais educativos para a adoção de práticas promotoras dos Direitos da Criança. O programa procura promover uma cultura de inclusão, respeito e igualdade, através do desenvolvimento de competências e valores, como tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade para a vida plena em sociedade.

Escala e Alcance:

Em 2024, colaborámos com 94 estabelecimentos de ensino, incluindo 73 Agrupamentos de Escolas que envolveram 299 escolas públicas.

A Comunidade de Prática, um espaço de reflexão, apoio e colaboração entre profissionais, era constituída por 129 profissionais, como professores, psicólogos e assistentes sociais.

Foram organizadas 7 formações em Direitos da Criança, Salvaguarda, Participação e Saúde Mental, que envolveram 318 profissionais.

De acordo com a avaliação externa ao programa realizada pela Stone Soup em 2024, **97% das escolas expressaram elevada satisfação com o programa.**

Os parceiros avaliaram positivamente o alinhamento estratégico do programa com as políticas públicas de educação, demonstrando que o programa tem o potencial de apoiar o cumprimento das metas de aprendizagem estabelecidas e ter impacto noutras iniciativas e programas educativos.

“A generalidade dos parceiros entende que existe não só coerência com outros projetos existentes, como também a capacidade de o Programa Escola pelos Direitos da Criança conseguir ser transversal a todos eles, tendo a capacidade de os influenciar e rever sob a ótica dos Direitos da Criança.”

A relevância do Programa no contexto escolar foi também destacada pelos profissionais.

“Trabalhar a inclusão, a integração e os direitos das crianças é algo entendido enquanto essencial, sendo que o Programa consegue fomentar a reflexão relativamente a todo um conjunto de conteúdos e problemáticas (...) que nem sempre estão evidenciados nos currículos escolares.”

Segundo as crianças que participaram na avaliação, o direito a darem a sua opinião é importante e nem sempre acontece: “As crianças não conseguem dar a sua opinião, muitas vezes não são levadas a sério.” Através do programa, as crianças identificaram que adquirem uma maior consciencialização dos seus direitos: “É importante dar valor aos nossos direitos, à aprendizagem, a termos nacionalidade, uma casa...”. A sua participação na avaliação externa foi um passo fundamental para garantir que as suas opiniões são ouvidas e consideradas no desenvolvimento do programa.





V. Para todas as crianças em Portugal
3 | Escolas pelos Direitos da Criança

Resultados e impacto: Participação

Os dados da avaliação externa demonstraram que o programa contribuiu para o desenvolvimento de vários projetos liderados por crianças, reforçando o impacto positivo no desenvolvimento de competências dos alunos, como a autonomia, responsabilidade e pensamento crítico dos alunos, na transformação do clima escolar e de uma cultura de respeito e colaboração.

Em 2024, de um total de 70 escolas avaliadas, foram criados ou reforçados 379 mecanismos de participação, como assembleias (52%) de turma e de escola ou Associação de Estudantes.

Foram organizados 312 processos de participação que permitiram às crianças expressarem as suas opiniões e contribuir para a tomada de decisões. A maioria das escolas organizou processos de auscultação (74%) e eleições (40%). As auscultações foram realizadas através de inquéritos, sondagens, grupos focais, caixas de sugestões e assembleias de alunos para recolher opiniões e necessidades, temas de projetos e propostas de mudança.

No Agrupamento de Escolas do Fundão, uma das entidades parceiras do Programa, os alunos apresentaram propostas para mudanças concretas que foram consideradas pela Direção, por exemplo:

- **Mudança nas regras de saída da escola** – os alunos propuseram maior flexibilidade nos horários de saída, o que permitiu promover maior autonomia e responsabilidade aos alunos.
- **Eventos liderados por alunos** – os alunos do ensino secundário organizaram sessões para os alunos mais novos sobre temas como tolerância, e debates sobre discriminação. Algumas destas atividades foram abertas à comunidade escolar, incentivando o diálogo e a consciencialização.
- **Ambiente inclusivo** – foram implementadas medidas tendo em conta as necessidades culturais e religiosas de todos os alunos, como a adaptação do menu da cantina para contemplar restrições alimentares culturais e religiosas.

Recursos digitais sobre Direitos da Criança

A Plataforma Digital Escolas UNICEF reúne um conjunto de recursos pedagógicos, desenvolvidos para apoiar professores e educadores na integração dos Direitos da Criança em contexto escolar. Estes recursos incluem planos de aula, atividades interativas, guias temáticos e materiais para iniciativas específicas.

Em 2024, a plataforma contou com 2.677 professores registados (um aumento de 43% face a 2023) e disponibilizou 109 recursos pedagógicos.

Os recursos mais descarregados em 2024 foram os seguintes:

1. “Saúde Mental – a escola como lugar seguro”

Guia temático com estratégias para tornar a escola um espaço acolhedor e seguro. Inclui atividades para aumentar a consciência sobre a saúde mental, fomentar o bem-estar emocional e construir um ambiente escolar positivo e inclusivo.

2. “Janela Branca pela Paz”

Proposta de atividade que ajuda a explorar o tema da paz no contexto escolar, promovendo a reflexão e a ação junto das crianças e jovens. Este recurso surge no âmbito de uma campanha de sensibilização pública, à qual nos juntámos.

2 677
professores registados

109
recursos pedagógicos

3. “Árvore do Futuro”

No âmbito da celebração do Dia Universal dos Direitos da Criança, este recurso desafia crianças e jovens a imaginarem um futuro onde os seus direitos são plenamente respeitados.





Entidades Parceiras

NOME DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS/ENTIDADE	LOCALIDADE
Agrupamento de Escolas de Albufeira	Albufeira
Agrupamento de Escolas de Cister de Alcobça	Alcobça
Academia de Larus	Almada
Agrupamento de Escolas de Alter do Chão	Alter do Chão
Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso	Alverca do Ribatejo
Agrupamento de Escolas Almeida Garrett	Amadora
Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves	Amadora
Agrupamento de Escolas D. João V	Amadora
Casa Vera Cruz	Aveiro
Escola Profissional de Aveiro	Aveiro
Agrupamento de Escolas de Eixo	Aveiro
Agrupamento de Escolas de Santo Antnio	Barreiro
Agrupamento de Escolas Andr Soares	Braga
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado	Braga
Agrupamento de Escolas de Maximinos	Braga
Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha	Caminha
Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva	Casal de Cambra
Centro Social Padres Redentoristas	Castelo Branco
Colégio de São Teotnio	Coimbra
Agrupamento de Escolas de Alapraia	Estoril
Agrupamento de Escolas de Estremoz	Estremoz
Agrupamento de Escolas Andr de Gouveia	Évora
Agrupamento de Escolas Santa Bárbara	Fânzeres
Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa	Faro
Agrupamento de Escolas do Fundão	Fundão
Agrupamento de Escolas n.º1 de Gondomar	Gondomar
Agrupamento de Escolas de Briteiros	Guimarães
Agrupamento de Escolas do Vale de São Torcato	Guimarães
Agrupamento de Escolas Santos Simões	Guimarães
Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda	Guimarães
Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques	Guimarães
Agrupamento de Escolas de Marrazes	Leiria



Entidades Parceiras

NOME DA ESCOLA/DO AGRUPAMENTO ESCOLAR	LOCALIDADE
Agrupamento de Escolas Luís António Verney	Lisboa
Parkids	Lisboa
Centro Social Paroquial São Maximiliano Kolbe	Lisboa
Colégio do Bom Sucesso	Lisboa
Agrupamento de Escolas de Benfica	Lisboa
Escola Técnica Psicossocial de Lisboa	Lisboa
Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna	Lisboa
Agrupamento de Escolas da Maia	Maia
Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia	Maia
Agrupamento de Escolas da Senhora da Hora	Matosinhos
Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira	Moita
Agrupamento de Escolas D. João I	Moita
Agrupamento de Escolas da Baixa da Banheira	Moita
Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra	Montijo
Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas	Odivelas
Agrupamento de Escolas João da Rosa	Olhão
Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva	Oliveira de Azeméis
Agrupamento de Escolas Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro
Agrupamento de Escolas de Ourém	Ourém
Escola Profissional de Cortegaça	Ovar
Externato Luís de Camões	Ovar
Agrupamento de Escolas do Paião	Paião
Agrupamento de Escolas de Palmela	Palmela
Agrupamento de Escolas Escalada	Pampilhosa da Serra
Agrupamento de Escolas de Paço de Sousa	Penafiel
Agrupamento de Escolas de Pombal	Pombal
Instituto D. João V	Pombal
Agrupamento de Escolas Eng. Nuno Mergulhão	Portimão
Agrupamento de Escolas Poeta António Aleixo	Portimão
Colégio de Nossa Senhora do Rosário	Porto
Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho	Porto

NOME DA ESCOLA/DO AGRUPAMENTO ESCOLAR	LOCALIDADE
Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas	Porto
Lycée Français International de Porto (LFIP)	Porto
Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso
Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio	Póvoa de Lanhoso
Agrupamento de Escolas de Redondo	Redondo
Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	Rio Tinto
Agrupamento de Escolas Dr Serafim Leite	São João da Madeira
Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho	Seia
Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues	Sernancelhe
Agrupamento de Escolas Nº1 de Serpa	Serpa
Agrupamento de Escolas Templários	Tomar
Agrupamento de Escolas de Trancoso	Trancoso
Colégio da Trofa	Trofa
Colégio Oceanus	Valadares
Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho	Valença
Agrupamento de Escolas Santa Maria Maior	Viana do Castelo
Colégio do Minho	Viana do Castelo
Agrupamento de Escolas de Vila do Bispo	Vila do Bispo
Externato de Vila Meã	Vila Meã
Agrupamento de Escolas D. Maria II	Vila Nova de Famalicão
Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos	Vila Nova de Gaia
Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo	Vila Nova de Gaia
Agrupamento de Escolas de Canelas	Vila Nova de Gaia
Escola Secundária Inês de Castro	Vila Nova de Gaia
Agrupamento de Escolas Gaia Nascente	Vila Nova de Gaia
Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva	Vila Nova de Paiva
Agrupamento de Escolas de Prado	Vila Verde
Agrupamento de Escolas de Vila Viçosa	Vila Viçosa
Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, Repeses	Viseu
Agrupamento de Escolas de Mundão	Viseu

4 | Políticas Públicas

Ao longo de 2024, o Comité Português para a UNICEF consolidou o seu trabalho na área das políticas públicas, com o propósito de promover uma cultura de Direitos da Criança nas decisões que impactam diretamente o seu bem-estar e desenvolvimento, em particular relacionadas com os mecanismos de governação dos assuntos da infância, a pobreza infantil e a violência contra as crianças.

Neste contexto, o envolvimento direto das crianças foi também uma prioridade, garantindo que as suas vozes são ouvidas, que as suas preocupações são consideradas e que este direito fundamental à participação é plenamente aplicado, em linha com os princípios defendidos pela UNICEF.



5 | Participação das Crianças

Grupo Consultivo de Crianças e Jovens do Comité Português para a UNICEF

O Grupo Consultivo do Comité é constituído por 25 crianças e jovens, entre os 12 e os 20 anos de idade, de várias partes do país, com diferentes experiências, interesses e opiniões. Ao longo do ano, partilharam as suas ideias e sugestões, assim como as perspetivas de outras crianças e jovens das suas comunidades.

Em 2024, organizámos 3 encontros presenciais e 6 reuniões online com os membros, no sentido de criar momentos de reflexão, debate e criação conjunta de projetos. Estas iniciativas também contribuíram para o reforço de competências de oralidade, pensamento crítico, resolução de problemas, criatividade, colaboração, autonomia, e cidadania ativa das crianças e dos jovens.

O Grupo Consultivo de Crianças e Jovens contribuiu ativamente para as atividades do Comité Português para a UNICEF, em particular na:

- Revisão dos resultados da iniciativa “Tenho Voto na Matéria” e identificação de sugestões de ações práticas para os estabelecimentos de ensino e municípios;
- Disseminação de uma carta pública e de um manifesto com o objetivo de aumentar a consciência sobre os Direitos da Criança, no âmbito das eleições legislativas de março de 2024.





Os membros do Grupo participaram também em várias atividades externas para dar a conhecer as suas perspetivas e preocupações, como uma entrevista de rádio, um vídeo de divulgação da carta pública e do manifesto e apresentação do webinar no âmbito do Dia Universal dos Direitos da Criança.

Como parte do Conselho Consultivo da Plataforma de Participação das Crianças da União Europeia, o Grupo esteve representado em 2 reuniões de trabalho em Bruxelas (Bélgica), para debater as iniciativas a desenvolver e representar as perspetivas das crianças e dos jovens em Portugal para este fórum europeu.

Tenho Voto na Matéria

Em 2024, na sequência das principais preocupações expressas pelas crianças e jovens na consulta pública “Tenho Voto na Matéria” de 2023, desenvolvemos dois guias com propostas de ação para escolas e municípios.

As escolas são espaços privilegiados para que as suas vozes e opiniões sejam ouvidas e consideradas. No Guia das escolas, o Comité Português para a UNICEF propõe medidas concretas para a criação de ambientes protetores, inclusivos, que respondem às preocupações de saúde mental, segurança e não discriminação.



Os municípios têm a capacidade de mobilizar a comunidade e promover a articulação entre todos os atores para a criação de respostas multidisciplinares e integradas. No Guia para os municípios, são apresentadas propostas para inspirar a adoção de programas locais e investimento em saúde mental e segurança.

Para assinalar o **lançamento** destes documentos, o Comité Português para a UNICEF realizou um **webinar** no dia 27 de novembro, ao qual assistiram em direto **437** pessoas, incluindo técnicos municipais, professores e educadores.

Exemplos de sugestões das crianças:

Garantir o acesso a psicólogos, de forma gratuita, até aos 18 anos, no Centro de Saúde ou na escola.

Incentivar hábitos saudáveis, como fazer exercício físico, ter uma boa alimentação e passar menos tempo ao telemóvel.

Capacitar os adultos sobre os perigos da internet para protegerem as crianças.
Explicar às crianças o que é a discriminação e como se pode denunciar e apoiar quem é vítima.

Sensibilizar para o facto de todas as pessoas serem iguais, promovendo a empatia e a diversidade e inclusão no ambiente escolar.



6 | Políticas Públicas

Eleições legislativas - março 2024

Num ano marcado por eleições legislativas, desenvolvemos uma campanha, sob o mote “Mais de 1,8 milhões de razões para agir”, com um apelo à ação política pelos Direitos da Criança e tendo em vista sensibilizar a sociedade civil para a importância da priorização dos Direitos da Criança.

Esta iniciativa contou com diferentes ações estratégicas:

- **Lançamento de um manifesto:** com um apelo aos decisores políticos sobre a necessidade de se adotarem compromissos inequívocos pelo bem-estar das crianças nos programas eleitorais. Este manifesto foi formalmente apresentado a três partidos políticos.

- **Cartas aos decisores:** 3.000 pessoas assinaram uma carta sobre a situação das crianças em Portugal, que foi enviada a todos os partidos políticos. Em colaboração com o Grupo Consultivo de Crianças e Jovens, foi também enviada uma carta escrita por crianças.
- **Lançamento de um vídeo:** As crianças e os jovens do Grupo Consultivo prepararam um vídeo para os decisores políticos, que teve perto de 1.000 visualizações, amplificando as suas opiniões, preocupações e propostas para um país mais justo.



“... Mais de 1,8 milhões de razões para agir”, com um apelo à ação política pelos Direitos da Criança...”

Neste momento determinante, a UNICEF apela, para todas as crianças em Portugal:

Participação ativa nas decisões que as afetam

Pasta ministerial para a coordenação da infância e adolescência

Igualdade de oportunidades e erradicação da pobreza infantil

Serviços de qualidade promotores da equidade e da redução das desigualdades

Proteção para todas as crianças e prevenção de todas as formas de violência

Um ambiente limpo, saudável e sustentável, hoje e amanhã, e ações com impacto na qualidade de vida de todas as crianças



Estratégias nacionais

Temos apelado à necessidade de definição de uma estratégia nacional de Direitos da Criança ambiciosa e integrada, e a adoção de um modelo de governação que potencie a concretização da Convenção sobre os Direitos da Criança.

A convite do XXIV Governo, e no âmbito de um Grupo de Trabalho para propor uma **nova estratégia única para os Direitos da Criança**, que permita tratar os assuntos da infância “de forma integrada e articulada (...) para que as políticas públicas tenham a eficácia desejada

e que cumpram o seu verdadeiro desígnio de olhar para a infância e a juventude de uma forma holística”, reiterámos as nossas recomendações, alinhadas com a visão que temos defendido para uma abordagem integrada e eficaz na promoção dos direitos da criança.

Ao longo de 2024, colaborámos com outras 13 entidades da sociedade civil, através de um Grupo de Trabalho e Reflexão da Sociedade Civil, liderado pelo Comité Português para a UNICEF e que reuniu de forma regular durante o ano. Como resultado, foi realizada uma avaliação inicial da implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal desde 2019, identificando as principais necessidades e avanços, de forma a informar o debate e a ação em prol do bem-estar da criança.



Proteção contra todas as formas de violência

Temos vindo a alertar, ao longo dos últimos anos, para a cultura de silêncio que perpetua e esconde a realidade das crianças vítimas de múltiplas formas de violência, quer sejam os abusos sexuais ou os casamentos na infância. Com uma intervenção pública ativa em 2024, o Comité Português para a UNICEF apelou à adoção de políticas para garantir a proteção das crianças contra a violência.

Em 2024, como parte do Grupo de Trabalho para a Prevenção e Combate aos Casamentos Infantis, Precoces e Forçados, colaborámos

na redação final do **Livro Branco**, defendendo a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno e de tomar ações concretas para erradicar o casamento infantil em Portugal, **nomeadamente de acabar com exceções que permitem o casamento infantil aos 16 anos na lei portuguesa.**

Temos contribuído também para uma maior discussão política em torno da **violência sexual**, que afeta 1 em cada 5 crianças na União Europeia.

Livro Branco

Recomendações para Prevenir e Combater o Casamento Infantil, Precoce e/ ou Forçado



Destaca-se uma preocupação crescente por parte dos decisores políticos e temos apresentado um **roteiro de ação** junto do Parlamento e Governo. O lançamento do relatório da UNICEF "*When Numbers Demand Action: Confronting the global scale of sexual violence against children*" (outubro 2024), permitiu aprofundar o diálogo e alertar para a invisibilidade da violência sexual na vida das crianças.

No ano em que se realizou a 1.ª **Conferência Mundial para pôr fim à Violência Contra as Crianças**, convidámos e apoiamos a



participação da Ministra da Juventude e Modernização neste evento que pretendia promover os alicerces para um compromisso político mundial com a proteção das crianças.

Sobre o tema da **violência online**, participámos num debate com empresas, a convite da APDC (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações), *Digital Business Breakfast: Child Protection in the Digital World*, reforçando a importância de medidas que garantam a proteção da criança contra qualquer forma de violência no **contexto digital**.



A exclusão e a pobreza infantil

Continuámos a acompanhar a agenda nacional em matéria de medidas de combate à pobreza infantil, enfatizando a necessidade de um debate político e público continuado e ações concretas para garantir o acesso aos direitos consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Participámos num posicionamento público de várias entidades intitulado **“Colocar a pobreza infantil na agenda política”** no âmbito das eleições legislativas. Colaborámos também em diferentes fóruns de discussão, pública e privada, partilhando recomendações e áreas de investimento prioritárias, designadamente no âmbito das prestações sociais.

Aprofundámos a relação com a Garantia para a Infância, no âmbito da qual foi promovida uma ação de formação de dois dias, dirigida aos técnicos que compõem os Núcleos Locais da Garantia, sobre a importância de uma abordagem centrada nos Direitos da Criança e estratégias para promover uma participação plena das crianças nas estratégias locais de inclusão social. Participaram 171 e 104 pessoas nos dois dias de formação, respetivamente, de mais de 30 localidades diferentes.

Em outubro, lançámos uma plataforma de recursos online sobre a pobreza infantil, dirigida a decisores e profissionais, com o objetivo de disponibilizar dados e estudos relevantes sobre a situação da pobreza infantil, contribuindo para um debate informado sobre as diferentes realidades e impacto da pobreza no bem-estar e desenvolvimento das crianças. Em três meses, a página teve mais de 900 visualizações.

Proteção social e acolhimento

Um relatório lançado em janeiro pela UNICEF* alertou para o facto de Portugal ainda ter uma sobrerrepresentação de crianças institucionalizadas no sistema de proteção. Os dados apresentados contribuíram para um debate amplo na sociedade sobre a importância de rever o sistema de proteção e garantir o interesse superior da criança na tomada de decisões que impactam diretamente o seu bem-estar e desenvolvimento.

Ao longo do ano, para além da participação no debate público e discussão sobre o sistema de acolhimento, nomeadamente através da participação numa Grande Reportagem da SIC, foi atualizado e partilhado com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social um relatório sobre **“Crianças em situação de acolhimento – qualificação do sistema de promoção e proteção”**. Foi



“Um relatório lançado em janeiro pela UNICEF alertou para o facto de Portugal ainda ter uma sobrerrepresentação de crianças institucionalizadas no sistema de proteção. ”

também produzido o documento **“Um olhar sobre o Sistema de Proteção de Crianças – recomendações”**, com uma revisão bibliográfica das principais recomendações para a necessária mudança e melhoria do sistema de proteção.



* UNICEF ECARO, TransMonEE analytical series: Pathways to Better Protection – Taking stock of the situation of children in alternative care in Europe and Central Asia, UNICEF, Genebra, 2024.



Estados de assegurar a sua proteção e garantir os seus direitos em todas as circunstâncias, foi noticiado cerca de 20 vezes, contribuindo para um debate informado sobre a necessidade de proteção de todas as crianças.

Contexto internacional

No contexto das eleições europeias, divulgámos, junto dos órgãos de comunicação social e dos partidos políticos, um guia orientador destinado a promover um debate político centrado nos Direitos da Criança.

Paralelamente, foi partilhada uma nota destacando a importância de integrar a promoção dos direitos da criança no âmbito do Pacto Europeu sobre Migrações e Asilo, tema em discussão pelos candidatos políticos. Este documento, que procurou sensibilizar para a situação de particular vulnerabilidade enfrentada pelas crianças migrantes e refugiadas, sublinhando a obrigação dos

Em 2024, o Estado Português foi submetido à 4.ª avaliação no âmbito do mecanismo de revisão periódica universal das Nações Unidas, que avalia a situação dos direitos humanos em todos os Estados-membro. O Comité Português para a UNICEF participou neste processo, tendo estado em Genebra a partilhar as preocupações e recomendações em prol da proteção e promoção dos Direitos da Criança. Como resultado, foram propostas 35 recomendações pelos Estados-membro a Portugal, das quais 10 se centraram na necessidade de criar medidas para garantir que nenhuma criança casa antes dos 18 anos, tal como propusemos.

Financiamento público à UNICEF

O financiamento público dos Estados é fundamental para garantir a sustentabilidade da atuação da UNICEF em mais de 190 países e territórios, assegurando a proteção dos direitos de todas as crianças, sobretudo das mais vulneráveis, como as que vivem em contextos de conflito ou enfrentam os impactos de desastres climáticos. Reconhecendo esta importância, em 2024 reforçámos o apelo junto do Governo português para apoiar a UNICEF em todo o mundo.

Os dados preliminares indicam um aumento de 26% no financiamento português destinado à atividade da organização, passando de 181.811,87 dólares em 2023 para 229.863,60 dólares em 2024. Este apoio contribuiu para as operações regulares da UNICEF, mas também para responder a emergências humanitárias na Ucrânia e na Palestina, assim como o fortalecimento do programa de proteção infantil em desenvolvimento em São Tomé e Príncipe. Este financiamento reflete um compromisso com a defesa dos direitos das crianças e no impacto positivo das parcerias globais.



“Os dados preliminares indicam um aumento de 26% no financiamento português destinado à atividade da organização”





**VI. PARA TODAS
AS CRIANÇAS DO MUNDO**



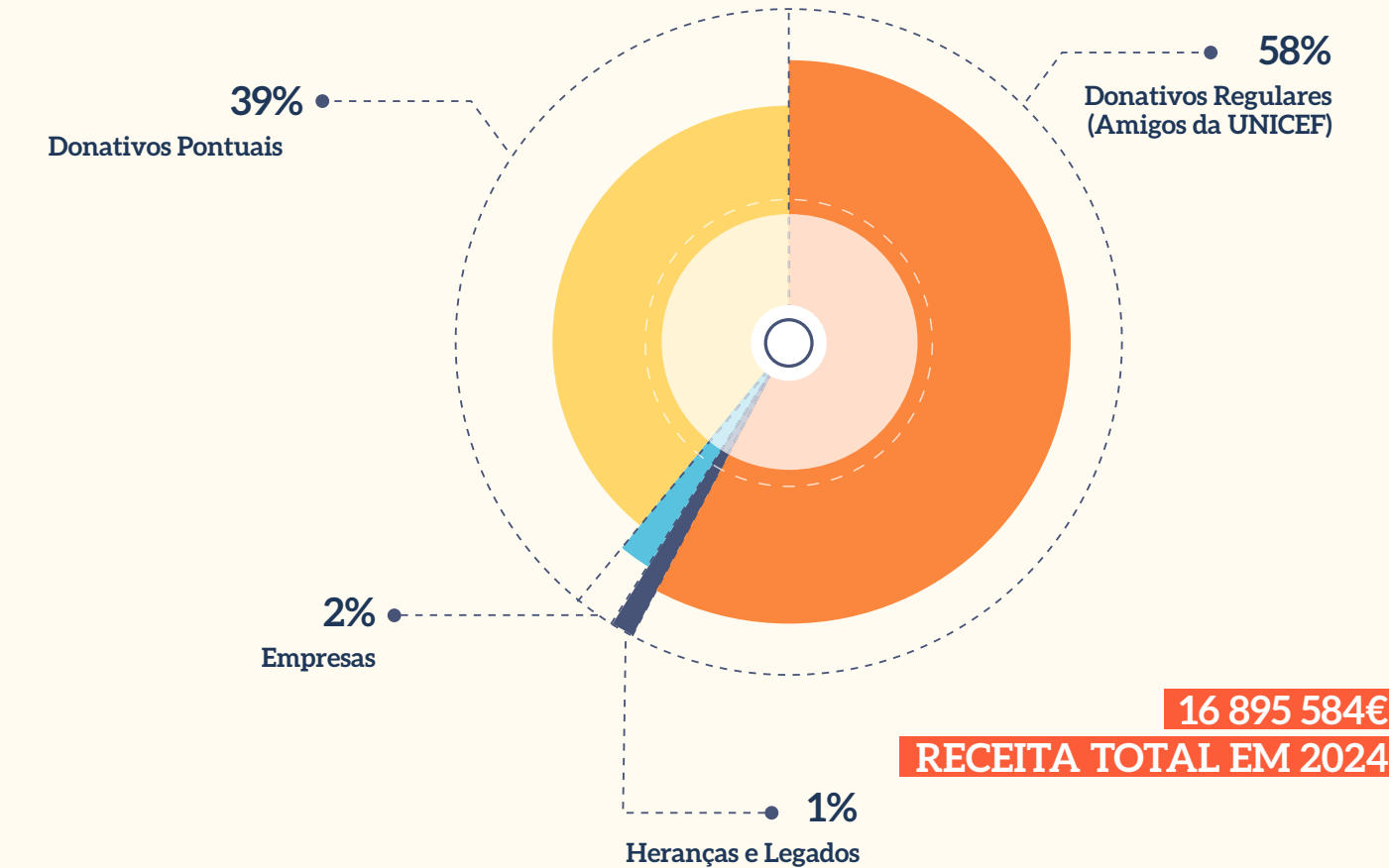
VI. Para Todas as Crianças no Mundo

A ação da UNICEF em defesa das crianças depende inteiramente de contribuições voluntárias. Em 2024, enfrentámos diversos desafios ambientais, sociais, económicos e políticos. No entanto, graças à generosidade dos nossos doadores, conseguimos levar apoio a um grande número de crianças em diferentes partes do mundo

A mobilização de recursos em países como Portugal desempenha um papel essencial nesse esforço, permitindo à UNICEF atuar onde a ajuda é mais necessária. Para que esse impacto seja eficaz, é fundamental contar

com um financiamento flexível e de qualidade, garantindo a capacidade de responder a desafios complexos e implementar programas adaptados às necessidades de cada país.

Nesse sentido, a equipa de Recolha de Fundos dedica-se à angariação de recursos, desenvolvendo campanhas junto dos doadores portugueses, do público em geral e empresas, assegurando o suporte financeiro necessário para manter e expandir as ações da organização.



	Custos			Receitas		
	2024	2023	Δ 23/24	2024	2023	Δ 23/24
Amigos da UNICEF	2 200 734	1 886 630	17%	9 886 753	9 113 281	8%
Associados	587	1 611	-64%	18 273	16 805	9%
Donativos pontuais	760 937	828 127	-8%	6 537 106	8 045 925	-19%
Heranças e Legados	18 008	86 050	-79%	119 792	1 552 562	-92%
Outros	0	0	-	0	0	-
Total Doadores individuais	2 980 267	2 802 417	6%	16 561 924	18 728 573	-12%
Empresas	1 479	22 879	-94%	333 660	545 645	-39%
Total Recolha de Fundos	2 981 745	2 825 296	6%	16 895 584	19 274 218	-12%



1 | Donativos Pontuais

Em 2024, os donativos pontuais foram a segunda maior fonte de receita do Comité Português para a UNICEF, representando 39% do total, o que corresponde a 6,5 milhões de Euros. Esse valor reflete uma redução de 19% em relação a 2023, influenciada pela menor mobilização gerada por crises de grande escala. Em contraste, 2023 foi marcado por grandes crises, como os sismos na Síria e Turquia e a emergência em Gaza, que mobilizaram um volume significativo de donativos.

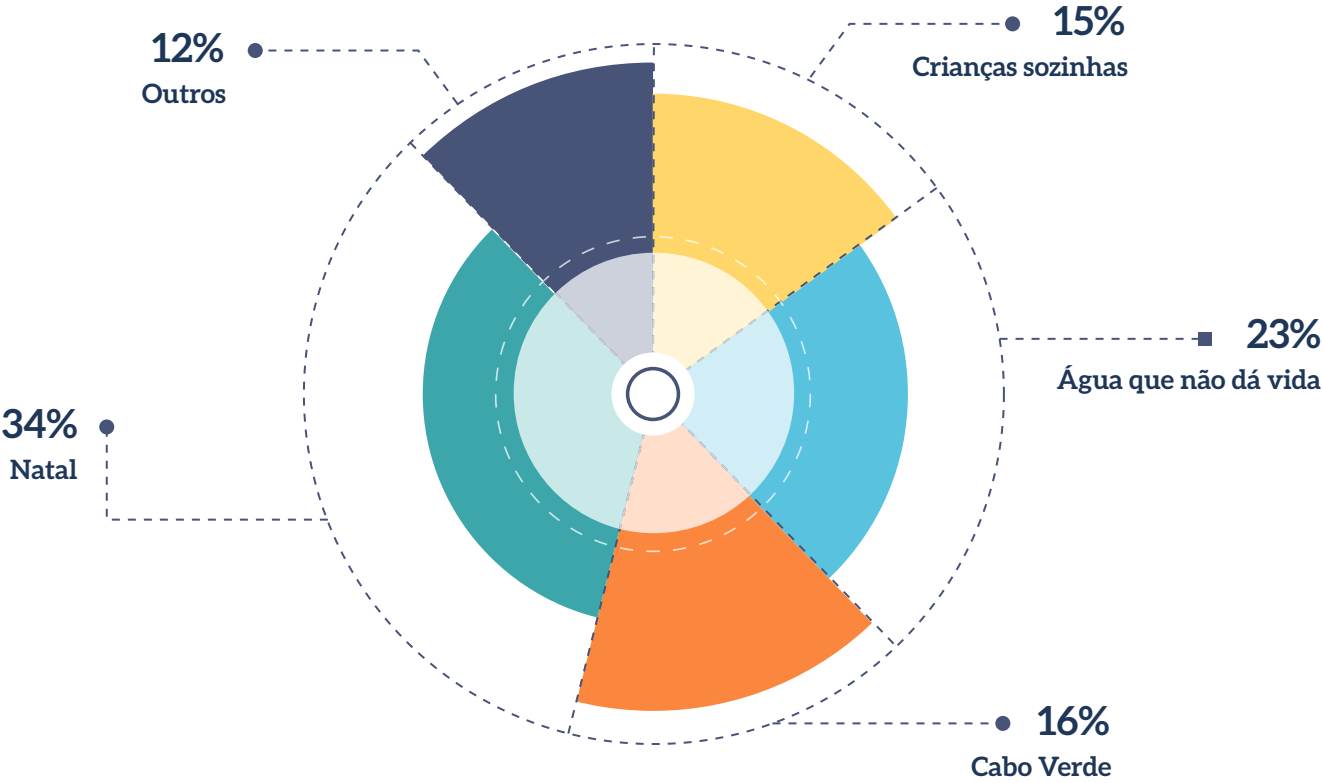
A despesa associada a essa receita foi de 760 900,00€, representando 25% do total de custos.

Entre os principais apelos de 2024, destacam-se: "Crianças Sozinhas", "Água que não dá Vida", "Cabo Verde" e "Natal".

O apoio dos **doadores** continua a ser essencial para garantir a continuidade das operações da **UNICEF no terreno**, uma vez que a organização depende inteiramente de **contribuições voluntárias**. Cada donativo faz a diferença na vida de milhares de crianças, e é graças à generosidade dos nossos doadores que conseguimos levar ajuda onde ela é mais necessária.

Agradecemos o apoio dos nossos doadores que, com o seu contributo, ajudam a levar assistência vital às crianças que mais precisam.

Receita Apelos 2024





VII. OPERAÇÕES E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



O ano de 2024 marca a consolidação do investimento na área de **Operações e Transformação Digital**, com o foco no desenvolvimento de novas capacidades de negócio. Este esforço reflete o nosso compromisso em fortalecer as operações e soluções digitais, com ênfase na **Criança** e no Doador.

A constante evolução do setor e os desafios cada vez mais complexos exigem uma resposta direta e assertiva por parte da UNICEF. O compromisso de amplificar o alcance e o impacto da nossa missão ‘para todas as crianças’ continua a orientar os nossos esforços de **transparência e investimento**.

As exigências financeiras são cada vez maiores, o **conhecimento técnico** necessário está mais avançado e a **gestão de dados** tornou-se mais complexa. Para responder a estes desafios, a **integração de sistemas fiáveis e robustos** exige um investimento estável por parte do **Comité Português para a UNICEF**.

Além disso, a **cibersegurança** desempenha um papel fundamental em todos os nossos projetos, exigindo uma atenção contínua e reforçada.



Se a Inovação Digital é uma promessa, esta é feita a cada criança. Um passo Digital de cada vez.





1 | Prioridades e Resultados em 2024

O ano de 2024 foi marcado pela implementação de um novo **Target Operating Model**, integrando **Pessoas, Processos e Tecnologia** de forma mais eficiente e alinhada com a estratégia de **melhoria contínua**.

O foco esteve na otimização das práticas de **planeamento e controlo**, na introdução de **novos processos e métodos de trabalho**, tanto internos como externos, e no reforço da colaboração com os nossos parceiros. No âmbito da **Transformação**

de **Dados**, implementámos **novas tecnologias de Datawarehousing e Analítica**, complementadas pela capacitação de novos modelos de negócio, impulsionada por colaborações estratégicas que muito nos orgulham.

Paralelamente, investimos significativamente na **segmentação e acompanhamento dos doadores**, garantindo uma comunicação mais **relevante e oportuna**.

A **proteção de dados** foi também uma prioridade, com avanços significativos na **segurança da informação**, protegendo o nosso ecossistema contra potenciais ameaças cibernéticas.

Mantemos o compromisso de um **investimento criterioso**, assegurando a contínua otimização dos resultados do Comité Português para a UNICEF.





VIII. DADOS FINANCEIROS E SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA



1 | Resumo de Gestão

Em 2024, o Comité Português para a UNICEF **obteve uma receita bruta de 18 830 275€**, um decréscimo de 10% face aos 20 971 906€ de 2023. Esse montante inclui as verbas recebidas da UNICEF Internacional, destinadas ao financiamento dos programas de angariação de doadores regulares e de heranças e legados, no total de 1 835 502€ (Fundos de Investimento UNICEF).

Os custos operacionais somaram 5 774 298€, representando um aumento de 7% face aos 5 393 569€ registados em 2023.

No fecho do exercício, o Comité Português para a UNICEF apresenta um resultado líquido nulo, após a dedução da contribuição feita à UNICEF, a qual foi de 77%, ficando ainda assim 2pp acima do previsto no plano.

O valor da contribuição do Comité Português para a UNICEF para os programas da UNICEF totalizou em 2024, 13 055 977€, menos 16% do que no ano anterior, dos quais 9 852 998€ para os Recursos Regulares, 1 461 550€ para Outros Recursos - Regulares, e 1 737 697€ para Outros Recursos - Emergências. Menos 953 466€ (-9%), mais 652 766 Euros (+81%) e menos 2 152 270€ (-55%) respetivamente do que em 2023.

A atividade de **Recolha de Fundos** gerou, durante o ano de 2024, uma receita de **16 895 584€** – 12% inferior à de 2023 – enquanto

os custos operacionais atingiram 3 935 021€, representando um aumento de 9% face ao ano anterior.

Os **donativos regulares** dos Amigos e Associados UNICEF, que correspondem a 59% do total, ascenderam a **9 905 026€**, um acréscimo de 8% relativamente a 2023.

Os **donativos pontuais** – resultantes dos diversos apelos efetuados ao longo do ano, nomeadamente para as emergências do Líbano e da faixa de Gaza, bem como para os programas globais da UNICEF em Nutrição e em Água e Saneamento, o apelo à consignação dos 0,5% de IRS e o site de Presentes para a Vida – totalizaram 6 537 106€, 19% inferiores aos de 2023, correspondendo a 39% do total de donativos registados.

A receita proveniente de **parcerias**, quer a nível nacional quer através de acordos internacionais, atingiu **333 660€** – 39% inferior aos de 2023 –, representando 2% do total de donativos angariados em 2024.

Adicionalmente, registou-se um montante de **100 000€** resultante da venda de um imóvel legado, e de **19 792€** correspondentes às rendas pagas pelos inquilinos dos imóveis recebidos por herança, ainda detidos para venda em 2024. Em conjunto, estes legados representam **1%** do total de donativos recebidos. O decréscimo de 92% face a 2023, é justificado pela alienação, de

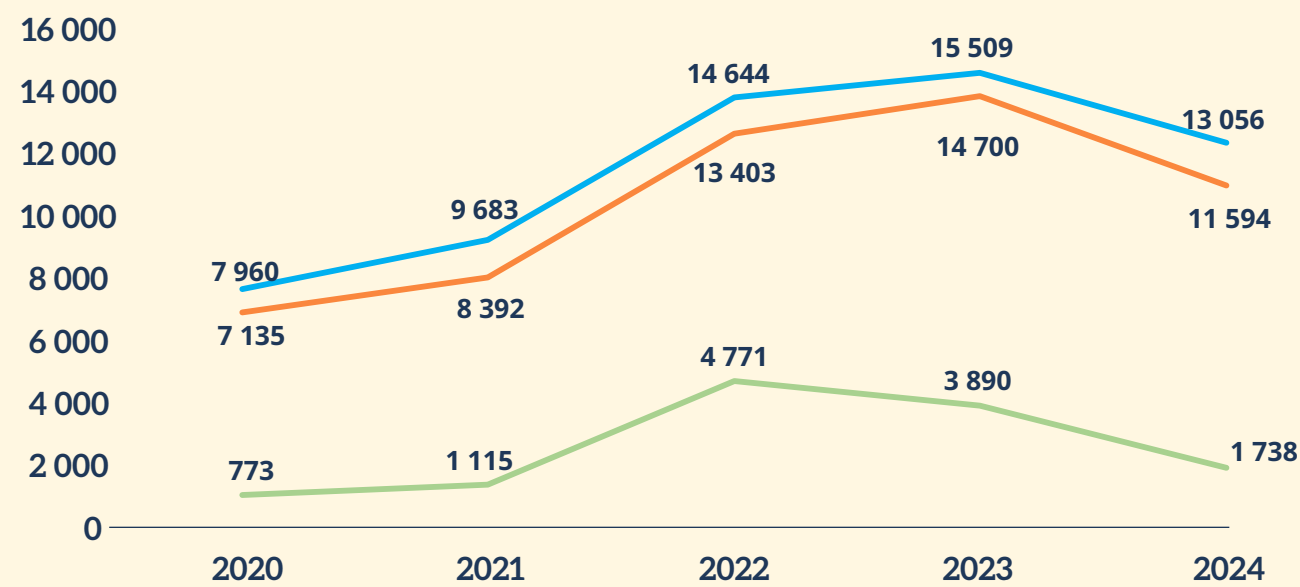
carácter excecional, de um outro imóvel legado ao Comité, pelo valor de 1 521 667€.

No âmbito do **Programa Cidades Amigas das Crianças**, destinado aos municípios para desenvolver estratégias e ações que promovam a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), os municípios assumem o compromisso de contribuir financeiramente para o Comité Português para a UNICEF, garantindo assim uma coresponsabilidade de financiamento ao longo de todas as fases – desde a elaboração do plano de ação até à implementação, acompanhamento e avaliação. Durante **2024**, foram recebidos **31 000€** de **27 municípios**, de Norte a Sul, montante que permitiu cobrir 96% dos custos incorridos pelo Comité Nacional com este programa.

Os recursos obtidos pelo Comité Nacional destinam-se a financiar as intervenções em Portugal e a apoiar o trabalho global da organização, contribuindo para influenciar as políticas públicas e ampliar o alcance das suas iniciativas junto de decisores e doadores, públicos e privados.

O Comité, com vista ao reforço de capacidade na persecução dos seus objetivos, aumentou as suas instalações adquirindo uma fração no mesmo edifício onde se encontrava já a sua sede.

2 | Fundos enviados para a UNICEF

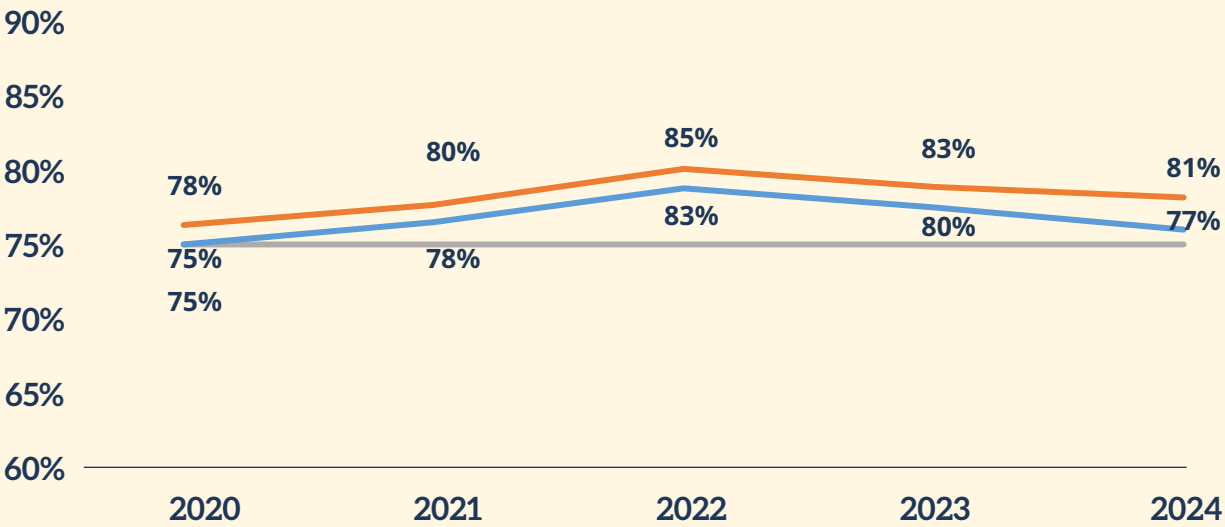


Evolução da Contribuição para a UNICEF, 2020-2024, por tipo de fundos, totalizando 13 100 000€.

Estes números reforçam o compromisso do Comité com o seu mandato “para todas as crianças” privilegiando os recursos flexíveis de 9 900 000€ em 2024.

Emergências
Recursos Regulares
Total

3 | Dados Financeiros (Resumo)



O compromisso de atingir e superar o objetivo manteve-se no ano de 2024, acima do acordo de cooperação com a UNICEF de 75%. Incluindo o trabalho de *Advocacy* de promoção dos direitos na infância atingiu um valor de 81%, superando o objetivo, significativamente, em 6 pontos percentuais.

Acordo Cooperação UNICEF
Contribuição Criança o Mundo
Contribuição incluindo trabalho em Portugal

Avenida Barbosa du Bocage 87 - 6º andar
1050-030 LISBOA
www.unicef.pt

unicef 

para todas as crianças